

RF. 782.380.1

Documento: 104707970 | Despacho indeferido

SEI: 6510.2020/0010500-5

INTERESSADO: Associação Sonhos de Deus Esporte, Arte, Cultura e Educação

ASSUNTO: Pedido de Concessão de Uso

DESPACHO

I - À vista dos elementos constantes do presente processo, em especial a manifestação da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS (033619920), (034704535) e, ainda, a manifestação da CGPATRI/SAP (035030176), a qual acolho, **INDEFIRO** com fundamento no artigo 54, II, do Decreto 62.208/2023 o pedido de concessão de uso de área municipal, para desenvolvimento de atividades de cunho social, localizada na Rua Aguinaldo Bezerra dos Santos, 100 - Itaim Paulista, requerido pela Associação Sonhos de Deus Esporte, Arte, Cultura e Educação, por falta de amparo legal;

II - Nos termos do disposto no artigo 36 da Lei Municipal nº 14.141/2006 abre-se o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da presente publicação, para apresentação de RECURSO, que deverá ser enviado à Coordenadoria de Gestão do Patrimônio Imobiliário - CGPATRI, por e-mail, endereço: cgpatri@prefeitura.sp.gov.br. No ato do oferecimento de recurso deverá ser recolhido o preço público devido, fixado na Tabela integrante do Decreto nº 63.076/2023, nos termos do que dispõe o artigo 17 do Decreto nº 51.714/2010.

III - Publique-se;

III -A seguir, para as anotações e remessa à Subprefeitura, para ciência.

TATIANA ROBLES SEFERJAN

Coordenadora de Gestão do Patrimônio Imobiliário| CGPATRI

Secretaria Municipal de Gestão | SEGES

RF. 782.380.1

COORDENADORIA DE GESTÃO DE BENS E SERVIÇOS

Documento: 105548713 | Despacho Autorizatório

PROCESSO: 6013.2023/0007165-1

Interessado(a): Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP)

Assunto: Fornecimento de copos descartáveis de papel para água e café, biodegradáveis, com certificado ambiental autorização para aderir

DESPACHO

I - À vista dos elementos contidos no presente, especialmente as manifestações da Divisão de Gestão de Atas de Registro de Preços - DGARP em doc. SEI. 105423091, com fundamento no Decreto 56.144/2015 e no art. 3º, inciso III, da Portaria nº 32/SEGES/2022, **AUTORIZO** a Adesão à **Ata de Registro de Preços nº 009/SEGES-COBES/2022**, cujo objeto é o fornecimento de copos descartáveis de papel para água e café, biodegradáveis, com certificado ambiental e tem como detentora a empresa a Somar Representação e Comércio Ltda. EPP, inscrita no CNPJ n.º 11.281.914/0001-94, pelo tribunal de contas do Município - TCM, na condição de órgão não participante da ata de registro de Preço, a contratar 31.800 copos de 180 ml para água (item 1 e 3) e 26.720 copos de 100 ml para café (item 2 e 4), não previstos anteriormente.

II - Publique-se e após encaminhe-se à SEGES/COBES/DGASS/DGARP/Atas, para prosseguimento.

Documento: 105562545 | Despacho Autorizatório

PROCESSO: 6051.2024/0002133-5

Interessado(a): Subprefeitura Pirituba-Jaraguá (SUB PJ)

Assunto: Fornecimento de copos descartáveis de papel para água e café, biodegradáveis, com certificado ambiental Aquisição ou contratação adicional

DESPACHO

I - À vista dos elementos contidos no presente, especialmente as manifestações da Divisão de Gestão de Atas de Registro de Preços - DGARP em doc. SEI. 105093014, com fundamento no Decreto 56.144/2015 e no art. 3º, inciso III, da Portaria nº 32/SEGES/2022, **AUTORIZO** a utilização da **Ata de Registro de Preços nº 009/SEGES-COBES/2022**, cujo objeto é o fornecimento de copos descartáveis de papel para água e café, biodegradáveis, com certificado ambiental e tem como detentora a empresa a Somar

Representação e Comércio Ltda. EPP, inscrita no CNPJ n.º 11.281.914/0001-94, pela Subprefeitura Pirituba-Jaraguá (SUB-PJ), na condição de órgão participante da Ata de Registro de Preço, a contratar adicionalmente de 24.000 copos de 180 ml para água (item 1 e 3) e 15.000 copos de 100 ml para café (item 2 e 4) não previstos anteriormente.

II - Publique-se e após encaminhe-se à SEGES/COBES/DGASS/DGARP/Atas, para prosseguimento.

Secretaria Municipal de Habitação

CMH/CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Documento: 105537029 | Ata de Reunião

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO 8ª Gestão

Data da Reunião: 23 de abril de 2024

Local: Viaduto do Chá nº 15 - 7º andar - Auditório Ed. Matarazzo-Centro - São Paulo

Aos vinte dois três dias do mês de abril do ano 2024, às 14h00, nas dependências do Edifício Matarazzo, 7º andar, auditório, Centro, em São Paulo, reuniram-se para a 7ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação - 8ª Gestão, conforme lista de presença, os **membros (as) e Conselheiros (as) presentes:** Sidney Nery (SEHAB) Nilson Edson Leonidas (COHAB) João Cury Neto (COHAB) Edson Ortega Marques (SGM) Maiara dos Santos Dias (SMUL) Luciana Bertolini Bezerra (SMUL) Fabiola Varanda da Silva (SF) Glacy Maria Antonia Gonçalves (Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo) Mônica Therezinha Bartie Rossi (CDHU) Cyntia Fugli de Oliveira (SEHAB) Cristina Pimenta Nunes (COHAB) Tatiana Robles Seferjan (SGM) Adria Giaccheri (SIURB) Wilson Cabral da Silva (SF) Sueli de Paula Santos (SMADS) Renata Miron de Aguiar (Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado) Samira Rodrigues de Araújo Batista (IAB-SP) Marcos Molierno (Instituto de Engenharia de São Paulo) Nelson Saule Junior (OAB-SP) Daniela Ferrari Toscano de Britto (SINDUSCON-SP Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo) Mauro Marcondes Pincherle (SECOVI-SP) Josélia Martins Pereira (APOIO - Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste) Tales Fontana Siqueira Cunha (FAU-USP) Aristeu Zensaburo Nakamura (Instituto de Engenharia de São Paulo) Maksuel José da Costa (MSTI) Aguinaldo da Silva França (ANESF) Nair Francisca Delatin (Associação Comunitária e Beneficente do Jardim Santa Adélia) Orlandina Rodrigues Matias (Associação de Mulheres Santa Terezinha) Sônia Aparecida da Cruz (Centro Educacional Instituto Freire) Simone de Castro Melo (CIPROMP-SP) Vera Eunice Rodrigues da Silva (Associação dos Trabalhadores sem Terra da Zona Oeste) Fernando Antônio dos Santos Junior (ULCM) Fábio Monteiro de Lima (Movimento dos Trabalhadores sem Terra Leste I) Maria de Fátima dos Santos (Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste) Sheila Cristiane Santos Nobre (MOHAS) Osmar Silva Borges (CPIS) Carlos Antônio Mattos (Associação Comunitária Fazenda do Carmo) Wellington Adriano da Silva (ANESF) Eugênio Tadeu Bernardes (CIPROMP-SP) Fredson Almeida Lima (AHD) Miguel Gomes Lima (Associação dos Trabalhadores sem Terra da Zona Oeste - Residencial City Jaraguá) André Delfino da Silva (MDF) Eliete Calisto da Cruz (CPIS) **Convidados(as) presentes:** Maria Helena Ferreira de Almeida (SEHAB/SECMH) Mônica Hussein Nasser (SEHAB/SECMH) Rogério Aparecido Pereira Frontelli (SEHAB/ASSIST) Kátia Silene Batista dos Santos (SEHAB/GABINETE) Tiago Dias (SEHAB/GABINETE) Rafaela do Nascimento (SEHAB/IMPrensa) Juliana Gomes Petreorelli (SEHAB/CFT) Denise Vitória B. M. dos Santos (SEHAB/DTS) Sandra do Carmo Carvalho (SEHAB/Mediação Conflitos) Luciana de Souza Braga (SEGES) Muelito Leite Ferreira (COHAB) Ana Maria Maluf Moussalli (COHAB) Enzo Aurélio Di Bastiani (COHAB) Ricardo Cabral Leal (COHAB) Dulce Helena dos Passos Santana (Taqigrafia) Entre outros **Conselheiros (as) ausentes:** Milton Vieira Pinto (SEHAB) Sílvio Eugênio de Lima (SEHAB) Marcela Cristina Arruda Nunes (SEGES) Sidneia Maria Correia Leite (SIURB) Bruna Eloisa Iarossi Xavier Cruz (SMADS) Rodrigo Mendes Romão (CEF) Gilberto Barbosa dos Santos (SEHAB) Cristiane Figueiredo Affonso Marques (SMUL) Sibebe de Fátima Moraes Silva Delanieze (SMUL) Daniel dos Santos Barbieri (CDHU) David Prando Cotta (CEF) Álvaro Augusto Andrade Vasconcellos (APEOP) Geni da Fonseca Monteiro (APOIO - Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste) Isadora de Andrade Guerreiro (FAU-SP) Adriano de Assis Lateri (Força Sindical - SP) Josileide Neri de Oliveira (SINTRACONSP) Edson Ramos (UGT-SP) Ana Luiza Patriota Costa Crevelaro (APEMEC) Renato Abramowicz Santos (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos) Rayssa Cortez (CAU-SP) Carlos Augusto dos Santos (Força Sindical - SP) Ana Gabriela Akaishi (IAB-SP) Fernando Guilherme Bruno Filho (OAB-SP) Adelmo Bassi Júnior (Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais) Erich Aby Zayan Feldberg (SINDUSCON-SP Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo) Sueli Ramos de Lira (SINTRACONSP) Ceci Soares Krahennbuhl Piccini (SECOVI-SP) Débora Sanches (Universidade Presbiteriana Mackenzie) Jerusse de Avila Gorziza (UGT-SP) Mauricio Domingues de Sousa (Associação Comunitária Fazenda do Carmo) Paulina Maria da Silva (Movimento Comunidade União e Luta da Casa Verde) Jomarina Abreu Pires da Fonseca (INCLUSA - Associação em Defesa dos

Direitos Humanos e Inclusão Social) Romaine Catrine Mouniz da Silva (MSTI) Vanilde Aquino dos Santos (Associação de Mulheres Santa Terezinha) Alexandro Fernandes da Silva (Movimento Comunidade União e Luta da Casa Verde) José Tadeu Pedrosa (Centro Educacional Instituto Freire) Sandra Febroni Leite (Associação Estrela Guia dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste) Vani Poletti (MOHAS) Welita Alves Cactano Ribeiro (INCLUSA - Associação em Defesa dos Direitos Humanos e Inclusão Social) **Conselheiros justificaram ausência:** Luiz Eduardo de Oliveira Camargo (Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo) Sheila Costa Marcolino (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos) Nunes Lopes dos Reis (PEABIRU) Celso Aparecido Sampaio (Universidade Presbiteriana Mackenzie) Noemi Yumi Rodriguez (Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado) Helyen Oliveira da Silva (Associação Comunitária e Beneficente do Jardim Santa Adélia) Luiz Fernando de Pontes (Instituto de Desenvolvimento Social e Cidadania de São Paulo) **Pauta da Reunião:** **Item 1-** Aprovação da Ata da 6ª Reunião Ordinária do CMH de 22/02/2024. **Item 2-** Solicitação de Voto CECMH nº 19/2024 - Ratificar a Aprovação realizada na Comissão Executiva do CMH de 02/04/24 para aceite de recebimento de área de 17.404,57 m², referente aos imóveis localizados na Rua Ulisses Cruz, que foi incluída em processo de desapropriação promovido pela COHAB-SP, e que será doada pela proprietária IURD por intermédio da renúncia a quaisquer valores a si devidos a título de indenização no tocante a tal processo, cumprindo-se assim compromisso firmado em Termo de Ajustamento de Conduta, a qual será destinada para construção de unidades habitacionais de interesse social, por meio de programa de provisão do município, conforme Resolução CMH nº 179 de 02/04/24 publicada no DOC em 04/04/24. **Item 3 -** Solicitação de Voto CECMH nº 20/2024 - Proposta de critério de aferição de subsídio a ser aplicado à comercialização de unidades habitacionais no âmbito do Programa PODE Entrar.(cartas de créditos/mulheres vítimas de violência). **Item 4 -** Apresentação da relação de todos os Empreendimentos contratados em cada modalidade (Entidades, Produção Própria de SEHAB/COHAB, Carta de Crédito e Aquisição de Unidades), número de unidades, localização, etapa da obra e orçamento envolvido. (Solicitação dos Conselheiros Renata Miron, Nunes Lopes dos Reis, Samira Rodrigues e Maria de Fátima dos Santos). **Item 5-** Discussão sobre os atuais trâmites da prestação de contas na modalidade autogestão, bem como do fluxo de medições e liberações de recursos. Situações que tem condicionado prejuízos no ritmo de obra e, portanto, na gestão financeira dos empreendimentos; (Solicitação dos Conselheiros Renata Miron, Nunes Lopes dos Reis, Samira Rodrigues e Maria de Fátima dos Santos). **Item 6 -** Apresentação do Programa PODE Entrar Melhorias. (Solicitação dos Conselheiros Renata Miron, Nunes Lopes dos Reis, Samira Rodrigues e Maria de Fátima dos Santos). **Item 7-** Informes da Regularização Fundiária. **Item 8 -** Ratificar a aprovação do Pleno da Comissão Executiva do CMH realizada em 02/04/2024 pela indicação do Conselheiro Maksuel José da Costa como Suplente representante de Entidades Comunitárias e Organizações Populares ligadas à área habitacional para integrar a Comissão Executiva do CMH em substituição a Maria Zilma Alves dos Santos (pelo seu falecimento). **Item 9-** Outros Assuntos **Início Reunião:** **Sr. Sidney:** Primeiro em nome da Prefeitura Municipal de São Paulo, em nome do Secretário Milton Vieira, gostaria de agradecer a presença maciça dos conselheiros nesta data. Oportunidade na qual cumprimento aqui o nosso João Cury, que é Presidente da COHAB. Cumprimento também todos os componentes da Mesa. O Milton Vieira está ausente por uma questão de cunho de saúde, mas pediu para que conduzíssemos, desejou boa reunião a todos nós. Fui informado que temos quórum para início da nossa reunião. Estamos aqui, a nossa pauta é 7ª reunião ordinária do CMH, 8ª Gestão, hoje no dia 23 de abril. Então, nesses termos, gostaria de submeter o item 1 da pauta aos senhores conselheiros, que trata-se da aprovação da Ata da 6ª reunião ordinária do CMH, que foi realizada em 22 de fevereiro de 2024. Todos os conselheiros que estiverem de acordo, por gentileza, permaneçam com as mãos abaixadas. Todos estão de acordo com a mão abaixada, ok? Então, eu tenho uma só conselheira que não está de acordo. **Sra. Renata:** Boa tarde, me nome é Renata, representante da Assessoria Ambiente. Eu queria lembrar que na última reunião a gente aprovou a ata de novembro, e na ata de novembro aprovamos com uma ressalva, porque havia necessidade de encaminhar a documentação referente à apresentação das propostas contratadas do PODE Entrar por e-mail. Isso ficou organizado, isso ficou encaminhado na ata de novembro, na reunião de novembro. Naquele momento foi encaminhado um material para nós, o qual era elegível, não tinha qualidade de imagens. E nessa reunião, na última reunião que foi em fevereiro, não só fez uma ressalva na ata, naquela ata referente que esse material não havia sido entregue, conforme havia sido combinado, como ficou de enviar esse material até essa reunião aqui, que também não foi enviado. Então, eu acho que precisávamos só entender se esse material vai ser enviado ou não vai e registrar isso em ata. Aproveitando, uma segunda questão, fazer uma ponderação, que temos um calendário das agendas do CMH, e todos nós nos organizamos em cima desse calendário que sai ao longo do começo do ano e que essas mudanças imprevistas de datas de uma semana de diferença nos prejudicam muito, inclusive temos hoje conselheiros que não puderam estar presentes porque não conseguiram remanejar suas agendas. Então já temos o calendário todo, poderia ser feito uma reserva dos espaços do ano todo. Acreditamos que deve haver algum meio de garantir que isso aconteça. E por fim, temos acho que sete pautas, e não recebemos o material dessas pautas. Não recebemos o material da pauta 2, que vai falar sobre o voto do terreno, da ratificação da aprovação da Comissão Executiva. Não recebemos do item 3, que vai falar sobre a proposta de critério de aferição do subsídio, das cartas de

crédito, não recebemos sobre a apresentação do item 4. Então é muito complicado virmos para um Conselho depois de tantos meses sem material de qualidade para poder de fato contribuir com a discussão. Então coloco isso logo no começo, porque eu acho que tem a ver com a pauta passada, para ficar registrado nesse início de reunião. **Sr. Sidney:** Ok, então por uma questão de ordem, eu peço que a Secretária da Mesa se manifeste, por favor, com relação ao calendário, com relação também aos itens apontados aqui pela nossa conselheira. **Sra. M^ª Helena:** Então, porque o nosso maior problema está sendo o espaço realmente. E conseguimos agendar e chega no último momento cancelamos os agendamentos. E aí, nós estamos fazendo o possível para conseguir atender ao que foi aprovado nas reuniões. **Sr. Sidney:** Tem mais uma questão de ordem sobre o material, você não quer já responder, por favor? **Sra. Samira:** Então eu peço muita atenção do senhor Secretário que ele esteja mais atento a isso, porque eu entendo que é muito importante uma reunião do CMH, para vir qualquer outra demanda e tirar o espaço reservado anteriormente. **Sr. Sidney:** Tem que ajustar esse calendário como um calendário oficial dentro dos requisitos de interesse do município. Vamos solicitar isso aí. Fica o compromisso aqui da Secretária pleitear o espaço e já deixar reservado o ano inteiro. Se não tiver, peço o orçamento da locação, mas eu acredito que deve ter espaço aí para o auditório para usarmos. Obrigado. **Sra. M^ª Helena:** Quanto aos materiais, vamos encaminhando conforme estamos recebendo. Então os materiais, eles estão vindo tardiamente mesmo para nós. Então, é isso. **Sr. Sidney:** Bom, por uma questão de ordem, só complementando aqui a palavra da Secretária da Mesa. Fica aqui um alerta então, para todos os senhores que tem pautas no CMH. E aí eu vou pedir encarecidamente ao nosso Presidente da COHAB, o João Curry, para que as pessoas enviem esses materiais tempestivamente. Faz todo sentido o que a Conselheira falou, porque vimos aqui e tem que estar com uma pauta previamente lida e conhecida para que consigamos produzir um bom trabalho aqui no CMH. Então, João, peço encarecidamente que você verifique lá dentro da COHAB as pessoas que foram demandadas com relação aos assuntos, para que nós tempestivamente coloquemos eles na pauta e encaminhe aos conselheiros. Da minha parte, com relação a SEHAB, fica registrado que você vai encaminhar um e-mail para mim junto aos colaboradores, que tem pauta aqui no CMH e eles são obrigados a cumprir as datas. Obrigado. **Sra. M^ª Helena:** E aí, quanto ao material, como vai ser falado um dos itens. Então, deu preferência para quê? Porque vai ser atualizado os dados que vai ser apresentado. E o material vai ser encaminhado após a reunião. **Sr. Sidney:** Dando continuidade aqui, então, eu faço essas ressalvas na ata deste dia para que conste aí essas considerações da Conselheira Renata. E vamos seguir dessa forma. Então, por uma questão de ordem atendido. Então, nesses termos, submeto mais uma vez a aprovação da ata, o item 1 da pauta, aprovação da 6ª Reunião Ordinária do CMH, que foi realizada em 22 de fevereiro de 2024. Com as considerações da conselheira, declaro então que essa ata está aprovada por unanimidade. Seguimos aqui então para o item 2 da pauta, que trata-se de uma solicitação de voto, que já foi objeto de análise pelo Conselho Executivo do CMH de nº 19/2024, a fim de ratificar a aprovação realizada na Comissão Executiva realizada em 02.04.2024 para aceite de recebimento de área composta 17.404,57 m², referentes aos imóveis localizados na rua Ulisses Cruz, que foi incluída em processo de desapropriação promovido pela COHAB, e que será doada pela proprietária IURD por intermédio da renúncia, a quaisquer valores assim devidos a título de indenização no tocante a tal processo. Cumprindo-se assim, compromisso firmado em termos de ajuste de conduta, a qual será destinada para a construção de unidades habitacionais de interesse social por meio do programa de provisão do município, conforme resolução do CMH nº 179 de 2 de abril de 2024, publicado no Diário Oficial em 4 de abril de 2024. Nesses termos aqui, vou chamar a Kátia para que ela faça uma breve apresentação aos senhores. Muito obrigado pela atenção. **Sra. Kátia:** Boa tarde. Vou justificar a questão do item 2 da pauta. Na realidade na Reunião Executiva do CMH do dia 2 de abril, nós passamos essa pauta. Ela foi inclusive aprovada por unanimidade. Só que eu entendi, isso foi um entendimento meu, que eu não deveria passar despercebido dessa pauta no pleno. Eu achei que essa pauta era uma pauta que eu teria que apresentar aos conselheiros, sociedade civil, o próprio poder público e aos movimentos de moradia. Por conta disso, eu pedi para que esse item 2 viesse para essa pauta. É muito importante a questão da doação desse terreno, não é só por conta do Termo de Ajustamento de Conduta, porque é uma área privilegiada, inserida numa ZEIS3, e eu vou fazer uma apresentação, não vou passar tudo, porque depois eu posso encaminhar esse material para vocês, para vocês darem uma olhada. Mas, para vocês entenderem, entramos com o pedido de desapropriação. Por que houve a necessidade desse pedido de desapropriação? O Termo de Ajustamento de Conduta, que foi pactuado em 2018, assinado em 2020, e passou no Conselho do Ministério Público em 2022, ele foi um Termo de Ajustamento de Conduta entre o município, a Igreja Universal e o Ministério Público. O que aconteceu nele? Foram pactuadas algumas situações com relação ao impacto do Templo de Salomão. E essa doação passou aqui no Conselho nessa época. Ela foi aceita também por unanimidade na época. O pessoal aprovou. Está aqui o pessoal da COHAB que estava nessa assembleia. E o pleno do Conselho recebeu doação. E o que aconteceu? A igreja comprou essa área para realizar essa doação. Não essa área na totalidade, 17.404 metros. Só que na aquisição ela adquiriu esse imóvel por meio de uma atuação ideal. Então, foi condicionado a ela pela COHAB, que ela deveria destacar esses 17.404 metros da matrícula. E ela teve um problema com o proprietário da outra fração ideal. Ela não conseguiu avançar para emitir na posse os 17.404 metros, e foi por isso que ela não conseguiu identificar essa matrícula e não conseguiu doar essa área para a COHAB em

tempo hábil. Tempo hábil que eu digo, até o período de 2020. E aí o que aconteceu? Nós verificamos que essa área, ela é toda inserida numa ZEIS 3, e que daria para construir mais de 1.200 unidades habitacionais. A igreja contratou uma proposta, a COHAB analisou parte dela, verificou essa possibilidade, existiam outras condicionantes, então a área hoje desapropriada pelo município é uma área de 34.870 metros, que compreende todo esse perímetro aqui, que está nessa foto, fica na Ulisses Cruz, ali uma travessa da Salim Farah Maluf, que todo mundo conhece, que é um pedaço lá do Parque Belém. Aqui foi quando ela apresentou a doação. Pode passar isso. Aí o que eu fiz aqui? Eu mostrei a quantidade de matrículas, os terrenos que somam o total de 17.404 metros. Aqui foi uma topografia que eles fizeram na época. E uma demarcação que, por conta desse problema da emissão da posse, a igreja entrou com ação judicial pedindo a emissão dessa área e o juiz deu. Então isso foi transitado e julgado, isso aqui já é uma topografia apresentada pelo perito judicial nesse processo, aqui é o perímetro que cabe à IURD. Aqui dá para vocês entenderem melhor. Vocês veem que na mesma matrícula nós temos dois proprietários. ZEIS 3 a área pública, pedacinho de zona mista de 250 metros quadrados. Aqui a legislação urbana, coeficiente de aproveitamento e tudo mais. E aí o que que aconteceu? Tudo que a igreja teve que fazer, a Igreja Universal para que isso acontecesse. Então, quanto a doação da área para a COHAB foram realizadas junto ao 7º Registro de Imóveis, onde se encontraram os registros das matrículas da área, as consultas quanto à possibilidade de doação da área foram negativas. Por quê? Porque toda vez que chegava na COHAB, ela não conseguia doar o perímetro dessa matrícula, porque era para ser ideal, tinha que fazer a regularização da matrícula e o cartório sempre negava. O cartório não dava porque precisava do outro proprietário dar anuência, porque ele era considerado um confrontante. Mesmo que quando você vai retificar, quem conhece disso sabe que ele se torna um confrontante. E aí permitiu na posse de todo imóvel, no total, e aconteceu isso e acabou ela precisando disso aqui. O assunto é tratado na ação judicial, em consta de levantamento analisado pelo perito, aí lá ele aponta as áreas pertencentes à IURD, de acordo com as porcentagens constantes das matrículas, e a planta permite compreender porções de terreno, que foi a outra que eu mostrei para vocês. Aí, paralelamente às consultas cartorárias, em virtude da ação de descontinuação dessa área, nós tivemos que solicitar que a IURD descontaminasse isso. Então, ela realizou esse processo de descontaminação, essa área que é descontaminada no perímetro onde serão implantadas as unidades habitacionais, e paralelamente ela acabou contratando um escritório de arquitetura para estar realizando esse projeto para apresentar na CETESB. E aqui houveram as ações quanto à contaminação, que foi elaborada pela empresa Akema, investigação ambiental detalhada do local, que é o local apontado pelo perito na ação judicial, como sendo o local de propriedade da IURD. O relatório aponta que esse trecho de terreno encontrou-se isento de contaminação e pode ser utilizado para a construção de unidades habitacionais. E aí tem o processo judicial, que eu acabei de falar com vocês. E o que acontece? A COHAB, existe o programa Pode Entrar, existem outros programas habitacionais que podemos utilizar essa área como parte desses processos. A COHAB decidiu desapropriar essa área em sua totalidade. E aí, nessa desapropriação, o que nós temos aqui? As áreas tituladas em nome da IURD são de 17.404,57 metros. Ela está em processo de desapropriação, que é esse CEI aqui, 13.678, que é gerenciado pela COHAB, e ela também tem um decreto de interesse social. Na reunião que nós fizemos na Executiva, o processo estava tramitando, e ainda não tinha um decreto, mas o decreto foi publicado. Esse decreto existe. E aí nós estamos utilizando todo o coeficiente de aproveitamento, a COHAB está fazendo os estudos, está realizando todas as análises desse terreno para que prossigamos com essa expropriação. E aqui detalhei a investigação ambiental que começou em 2015. Em fevereiro de 2016, houve a conclusão de que havia um passivo ambiental. Em 2016, de novo, o imóvel apresenta isento de contaminação, então tem um pedaço lá do bloco B que apresenta a isenção de contaminação. Em agosto de 2022, saiu a o relatório definitivo da área que diz que os resultados dos ensaios geotécnicos, geoquímicos, hidrogeoquímicos do bloco A obtidos durante a realização dos estudos, caracterizaram área isenta de contaminação, não sendo necessária a continuidade dos estudos, atendendo o escopo de gerenciamento de áreas contaminadas, conforme regramento da decisão da Diretoria CETESB número tal. Então assim, a área onde serão implantadas as unidades, ela está isenta de contaminação. Aqui eles colocaram onde foram instalados os hotspots para descontaminação da área. E aqui eles fizeram uma disposição da implantação. É um estudo de massa, não é um projeto detalhado. É o material que eles enviaram para nós, então nós não tínhamos algo muito robusto para apresentar. Aqui a tipologia. Aqui também o pavimento do primeiro, e aqui as imagens 3D do projeto. E aí, isso aqui foi uma conclusão, mas eu vou falar que é melhor. Por que optei por passar isso aqui pelo pleno, que eu acho importante? Porque na reunião da Executiva foi solicitado pelos conselheiros de que o atendimento da demanda nesse terreno fosse discutido com os conselheiros, que passasse por uma discussão do que seria atendido, qual seria o projeto e tudo mais. E entendemos que o pleno seria fundamental para aprovação desse processo também, até porque o Decreto de Interesse Social foi publicado e nós precisamos desse referendo aqui hoje. Aí eu vou abrir para perguntas, como estou acompanhando esse processo de perto por N motivos, aí as dúvidas que vocês tiverem eu estou aqui à disposição. **Sra. Vera:** Obrigada. Bom, primeiro, boa tarde a todas e todos, conselheiros, convidados, Secretário, Presidente da COHAB, Kátia. Bom, estou até comentando aqui com o Miguel, mas que em momento nenhum a minha posição, apesar que tem mais pessoas que vão se manifestar, é votar contra esta desapropriação. Até porque na Executiva até colocamos a importância, que precisamos de fato de

terra. A única questão a colocar é a questão da demanda. Enquanto conselheiro, gostaríamos de participar da discussão dessa demanda, podendo ser pelo Pode Entrar, vai ter o chamamento, uma das coisas também é a falta de terra. Então acho que é importante registrar aqui no pleno que a demanda, queremos discutir junto com a COHAB e junto com a Secretária, para que de fato sejam atendidas famílias de baixa renda, que é a faixa I do programa Pode Entrar. Só isso. **Sr. Miguel:** Boa tarde a todos, boa tarde à Mesa, boa tarde a todos os presentes. Sinto-me bem contemplado no que a Verinha falou, mas é o seguinte, eu acho que uma área dessa tão nobre na cidade, eu acho que passada pelo Conselho, do qual todos os conselheiros vêm da base dos movimentos sociais, não dá para vermos mais uma área dessa se passar para faixa acima de três salários mínimos. Queremos discutir a demanda. Nós queremos discutir a demanda aqui e queremos colocar a demanda. Não dá para deixar mais uma área dessa aí, desse tamanho na cidade, que hoje é raro, ir para as PPPs, onde ficamos longe, as nossas famílias, a nossa demanda fica longe. Nós queremos sim aprovar a área, eu acho que é muito bem-vinda, mas queremos também aprovar a demanda. Não dá para passar a área e passar por nós e depois a demanda ser discutida em outra instância, ir para PPPs, onde nosso povo não se inclui. Essa é a nossa reivindicação. **Sra. Samira:** Eu queria fazer uma pergunta, porque quando vocês encaminharam esse projeto até tal ponto que já tem até, um estudo, um projeto arquitetônico, vocês já tinham imaginado uma demanda para esse empreendimento? E também só continuando, como que hoje é feito o critério de priorização da demanda da Prefeitura? Porque às vezes eu acho que é um pouco, assim, entendo que são várias frentes, então às vezes é difícil de saber qual que é a metodologia que se usa para priorização da demanda. **Sra. Kátia:** Primeiro respondendo a questão da Verinha, realmente isso foi um pleito da Executiva. E defendendo a PPP, Miguel. Não vou sair em defesa da PPP, mas vou sair em defesa dos critérios que nós temos aqui, aprovados recentemente da PPP. Hoje o COHAB, ela consegue atender demanda, 60% da sua demanda de HIS faixa 1. E aí, hoje nós temos tanto no edital, quanto numa própria resolução do CMH que diz que essa demanda pode ser atendida. A Verinha foi uma das que passou pela Executiva, até porque era uma questão de recurso, então nós precisamos que isso fosse apresentado para o Conselho e essa aprovação ocorreu. Então hoje a PPP, ela atende os mesmos critérios do Pode Entrar. Os financiamentos não são realizados por agentes financeiros, mas sim pela própria COHAB. Então, toda demanda da PPP de HIS que não puder financiar junto a um agente financeiro, ela é financiada pela COHAB por meio do Fundo Municipal de Educação. É só para deixar registrado aqui, para não passar batido. **Sr. Miguel:** Eu não sou contra a PPP, eu sou contra o formato da PPP. Se você quer criar PPP, Parceria Pública Privada. Por que não cria uma PPP, Parceria Pública Popular? **Sra. Kátia:** Ah, entendi. **Sr. Miguel:** Com critérios diferentes. **Sra. Kátia:** Samira, na realidade assim, nós não temos previsão da demanda. Na realidade, hoje a nossa prioridade é recebimento da área como doação. Dos 17.904 metros nós queremos a doação com renúncia e indenização que faz parte do processo de desapropriação. Ela está renunciando qualquer valor que deveria ser pago pelo município pela desapropriação. Não houve discussão de demanda, não houve discussão de programa, não houve nada. Nós hoje estamos aqui para tratar da questão da desapropriação e renúncia à indenização por parte da igreja universal. É mais para o Conselho receber essa doação. E como foi proposto anteriormente pela Comissão Executiva, haverá uma discussão no atendimento dessa demanda. Na realidade hoje nós temos um decreto, que vocês devem conhecer, que é o 61282, que é um decreto de seleção e priorização da demanda do município. Então, o decreto 61282 estabelece inclusive a forma que deve ser atendida a demanda fechada ou por reassentamento, a demanda aberta e a demanda de associações cooperativas. Ainda tem, que foi um decreto muito bem elaborado pela equipe social de SEHAB, pela equipe de planejamento, DEPLAN, e pelo departamento de planejamento do trabalho social, que foi extinto, mas que participou muito de todo esse processo. Foi uma construção bem interessante, começou em 2018 e foi publicado em maio de 2022. Lá tem todos os critérios para atendimento. Além disso, nós temos para todos os empreendimentos de HIS hoje sendo entregues pelo município, nós temos uma vinculação de demanda. Esses empreendimentos eles são destinados quase que em sua totalidade para demanda fechada, com atendimento às famílias no auxílio-aluguel, e parte delas para família de demanda aberta. Nesse decreto vocês vão verificar o que foi estabelecido. Eu achei que era de conhecimento do Conselho. Qualquer dia desses pediremos uma apresentação aqui para vocês entenderem esses critérios, que eu acho interessantes também vocês terem esse conhecimento. **Sr. Nelson:** Boa tarde. Eu sou o Nelson Saule Junior, pela OAB. Queria só mais esclarecimento, que me chama a atenção esse processo de desapropriação, que você falou que a igreja tinha judicializado o princípio, queria entender um pouco melhor. Porque parece um milagre essa igreja está doando esse terreno. Ela não quer receber nada. Qual foi o milagre que aconteceu? **Sra. Kátia:** É que acho que você não entendeu. Eu vou explicar. Ela não está doando por um milagre. Na realidade, a edificação templo de Salomão foi construída numa ZEIS 3. Esse terreno é uma doação imposta no Termo de Ajustamento de Conduta para a compensação urbanística do templo. Então, hoje a igreja é obrigada a doar o terreno. A renúncia à indenização está sendo utilizada por conta da desapropriação, que seria da área remanescente e passou a ser da área total. Entendeu? Então assim, quando ela entrou com a ação judicial não foi contra o município, foi contra o proprietário, o coproprietário da fração ideal da matrícula do imóvel. Então ela teve que entrar para conseguir a imissão na posse dos 17.404 metros que era dela. Então transitada e julgada foi para esta ação. Em contra partida o município está desapropriando o remanescente da área, fazendo um estudo

preliminar de desapropriação, porque tem uma questão de viário, ali não é só HIS, tem questão de ampliação da Ulisses Cruz, tem a questão do viário, então tem outros fatores que fazem com que o município adquira essa área. Hoje o terreno vai ser utilizado para a implantação de unidades habitacionais, porque foi uma condicionante no Termo de Ajustamento de Conduta. Entendeu agora? **Sr. Nelson:** Sim. **Sra. Kátia:** Milagre não é. Só Jesus faz. **Sr. Sidney:** Por uma questão de ordem. Acho que um conselho pediu a palavra antes. **Sr. Mauro:** Boa tarde a todos. Queria colocar duas coisas aqui importantes. Primeiro uma defesa das PPPs, as PPPs na verdade destinam as suas unidades conforme a orientação que vem da Constituição da PPP. Então, destinadas a público de faixa 1, a PPP atenderá público de faixa 1. Quer dizer, não é a entidade privada que define qual é o público que será atendido. A segunda coisa é que, como esse terreno está em ZEIS 3, a própria ZEIS 3 obriga, não sei se é 40 ou 60% das unidades, terão que ser destinadas ao público HIS1. Então, já está garantido, pelo menos, agora eu não sei dizer se é 60% ou 40%. **Sr. Sidney:** 60. **Sr. Mauro:** 60% das unidades serão com a HIS1, com certeza. Não tem como fugir disso. A própria lei de uso e ocupação do solo, mais plano diretor já definiu isso. **Sr. Sidney:** Retoma uma palavra, Toni. **Sr. Toni:** Boa tarde a todos. Referente a essa área da Ulisses Cruz, eu gostaria que pudéssemos colocar, além do Conselho, as entidades que estão no local. Distrito do Belém, estamos ali presentes com a nossa entidade e nós gostaríamos que as pessoas que fossem atendidas fossem na totalidade daquela região, que é uma região que tem muitos cortiços, favelas, e são pessoas que precisam ser atendidas ali naquele local. Nós não estamos conseguindo participar da discussão desses empreendimentos que estão sendo desenvolvidos na região. Então, como a nossa entidade está ali no Distrito do Belém, é vizinho desse terreno, gostaríamos de participar de toda essa discussão de uma forma mais direta, por conhecer tudo, toda a situação habitacional que envolve o Distrito do Belém. **Sr. Maksuel:** Boa tarde a todos, satisfação, como foi falado aqui, eu participei dessa reunião da Executiva e realmente foi o que a Kátia colocou para os demais conselheiros, foi o que aconteceu. Até por indicação nossa, nós pedimos que fosse aberto isso aqui no pleno, mas eu vou deixar bem claro, a nossa intenção ali não era só para puxar sardinha nem para o movimento, nem para o outro, nem para a região. Era para trazer para o Conselho e para o Conselho aprovar como recebimento de área aqui, porque a nossa briga sempre foi a falta de terreno na cidade de São Paulo. Então vemos com muito bons olhos a Igreja Universal, a IURD estar fazendo a doação desse terreno para habitação na cidade de São Paulo. Podia fazer reforço de saúde, podia fazer hospital, sei lá. Posso estar falando besteira aqui, mas eu penso assim. Está doando para habitação, coisa que nunca tivemos. Nunca tivemos terreno disposto assim dessa forma. Lógico que tem uma política habitacional que ela tem que ser respeitada. Lógico que os movimentos de luta por moradia tem que ser respeitado. Não posso também puxar o empreendimento para atendimento só de um segmento ou de uma demanda. Por isso que nós, até na reunião lá, nós falamos que era sugestivo levar por pleno para a criação de um GT trabalharmos aí junto com os movimentos, a criação desse grupo para fazermos a destinação dessa demanda para atendimento. Sendo um terreno novo, sendo um terreno que não estava sendo discutido aqui no Conselho Municipal de Habitação, não estava no radar da política habitacional do município, veio essa possibilidade de doação e aí ele vai ser concebido na questão da PPP. Eu acho que é importantíssimo primeiro, como foi falado, garantir que essa área realmente venha com a construção de unidades habitacionais. E aí criamos o GT com os companheiros, com os conselheiros, para termos uma discussão ampliada sobre a questão do atendimento da demanda. Obrigado a todos. **Sra. Vera:** Vou ser bem breve, até porque o Maksuel falou um pouco do que eu queria introduzir. A defesa dessa área do voto não foi para defender, não porque a Verinha da região oeste, sabemos que tem movimentos, a UML na zona oeste, mas é para trazer para cá essa discussão. Eu acho que aprovar sim, mas não já demandar para qualquer associação. Acho que tem uma discussão, de repente essa PPP popular, fazer uma coisa mista. Eu só queria registrar isso. Eu acho que todos os movimentos estão aqui na luta por moradia digna. Estamos aqui para discutir a política municipal. **Sra. Renata:** Só para lembrar que essa discussão, essa questão aqui, ela tem sido discutida no Conselho há muitos anos. Não é a primeira vez que isso aparece no Conselho. Isso veio desde os Conselhos, na época da gestão Haddad, que foi quando a Universal foi tirar o licenciamento de funcionamento da igreja deles, que se entendeu que aquilo não era uma reforma, que tinham irregularidades naquele processo. Tudo isso passou pelo CMH durante todos esses anos. E eu, sinceramente, para mim não é nenhum favor fazer com que isso passe novamente, porque vimos acompanhando esse processo há muitos anos. Então, como o companheiro me falou, é uma doação, eu acho que muitos dos questionamentos que tivemos aqui, eu não vou entrar nem na questão dos movimentos sociais, que eu acho que é outro debate, vem muito porque não recebemos um material com antecedência para poder ler, se preparar, recordar o que já foi discutido há anos, há oito anos pelo menos, para que possamos de fato fazer com que essa discussão fosse bem mais produtiva do que isso. Temos que ficar retornando coisas que já poderíamos ter chegado sabendo, feito a lição de casa. Nós não tivemos essa oportunidade. Só para vocês terem uma ideia, fui pesquisar o endereço, do que se tratava, uma coisa que podia ter sido assim enviada, porque o material não existe, você mesma apresentou e deve ter apresentado na Comissão Executiva. **Sra. Kátia:** Não, na Comissão Executiva não conseguiu. **Sra. Renata:** Que é grave também. Então, reforço aqui a importância termos acesso a esse material, porque quem está no Conselho há muito tempo, eu não sou Conselheira há muito tempo, mas eu acompanho o Conselho há muitos anos, essa questão toda já passa, se eu não me engano, desde 2016. Então, eu gostaria só de reforçar que a ausência desse

material, ela prejudica a nossa discussão e a qualidade de nossa discussão. Podíamos estar, inclusive, em outro assunto já. **Sra. Kátia:** Renata, só para deixar claro, justamente por isso que não ficou na Comissão Executiva, por isso que foi apresentado este Conselho hoje. E esse material não é nosso. Esse material aqui não é um produto nosso. Esse material é um produto que a igreja fez para que fosse apresentado. Esse material não dependia de nós, por isso que ele não foi encaminhado previamente. O que nós fizemos foi complementar algumas coisas para vocês não ficarem sem conhecer o todo. Não é um produto da Secretaria de Habitação. Entendeu? Só para deixar claro aqui. **Sra. Renata:** Eu entendi, mas eu só estou querendo dizer assim, a Secretaria da Habitação tem que ter uma preocupação de preparar as reuniões do Conselho Municipal. São reuniões que acontecem a cada dois meses, e assim, precisamos ser prestigiados nessas votações. Eu falo sinceramente, vamos fazer um voto aqui em que não temos todas as informações para votar, e eu entendo que é uma coisa bem séria, não estamos votando uma coisa que não tem relevância aqui. E até por isso está neste Conselho, esse voto. Então eu reforço que, ainda que não seja um material da Secretaria, temos que ter essa preocupação para possamos vir para uma reunião mais preparado, para fazer um voto consciente, para levantar questões pertinentes, e não ficarmos debatendo coisas que de repente esse documento já nos responde, não precisaríamos nem estar discutindo isso agora. Poderia estar discutindo algo mais relevante para o coletivo. **Sra. Kátia:** Isso foi entendido inicialmente. O Secretário mesmo colocou que essas questões aí serão sanadas. Eu não sou da Secretaria Executiva e nem sou do Conselho. Estou aqui como Assessora Técnica de SEHAB para tentar ajustar aqui, porque é uma pauta importante para o Governo, para a Secretaria, para o município, porque o Termo de Ajustamento de Conduta não é unilateral. Então, ele tem interesse público e interesse privado. Ainda o Ministério Público que está acompanhando esse processo de perto. **Sr. Sidney:** Senhores, uma questão de ordem aqui. Quem quer o próximo a falar? Aguinaldo fala, depois o João Cury pega a palavra para falar também. E aí também, pode ser? **Sra. Samira:** Eu só queria reforçar a questão de que não dá para termos entendimento que isso aqui é uma doação, e que precisamos agradecer a Igreja Universal pelo que ela está fazendo. Isso é resultado de um Termo de Ajustamento de Conduta, por conta de uma conduta errada da Igreja, ela precisou fazer essa doação. Ela não está fazendo de livre e espontânea vontade. Porque às vezes ouvimos o termo doação e entendemos que a igreja está fazendo uma benfeitoria para a cidade. Não é. Ela está respondendo a uma demanda por conta de uma ação errada que ela teve no passado. Se eu não me engano, isso foi em 2016. **Sra. Kátia:** É uma compensação urbanística. Ela está compensando o dano que ela causou ao município quando construíram na ZEIS 3. É isso. **Sr. Aguinaldo:** Boa tarde. Na reunião Executiva, discutimos, não tinha entendimento. Sabemos que é um TAC, um Termo de Ajuste de Conduta. Ninguém aqui acha que é leve, e não entendeu. A Universal não faz milagre, faz milagre no templo, onde as pessoas tem fé. Nós sabemos também que ninguém sai dono nada de graça. Sabe que ela está ajustando uma conduta dela. Também quando discutimos na Executiva, discutimos para olhar com a lente social dessa doação, olhar para a lente social, não a lente de interesse próprio. Essa lente de interesse próprio ideológico, nós não queremos trazer problema, não foi a nossa intenção. A nossa intenção foi receber para depois discutir a demanda. A pauta aqui está desviando um pouco daquilo que foi discutido na Executiva. Nós queremos receber para depois juntos discutir a demanda. E aprovar o grupo de trabalho. E todos esses pormenores ideológicos e essa lente de interesse próprio cai por terra. Sabemos que não é uma doação. Sabemos que é uma conduta que foi uma condição. **Sr. Sidney:** Bom, dando continuidade aqui, vamos passar a palavra para Mesa, que na qual o João Cury também vai expressar seu sua opinião. Muito obrigado. **Sr. João Cury:** Eu queria só agradecer a presença de todos, cumprimentar o Sr. Sidney, os conselheiros, os suplentes também aqui presentes, os movimentos. Uma coisa que eu estava ouvindo aqui nas exposições de todos vocês, na verdade para quem é mero beneficiário dessa compensação, que é o caso da COHAB, o que fica claro aqui é que muitas das colocações que foram feitas são complementares. A questão foi colocada de demanda, a questão colocada de falta de informações, a questão colocada de território, se vai ser atendido o território, se não vai ser atendido. O que é muito importante dizer é que não mudou nada do que foi pactuado há dez anos, há oito anos. Não mudou absolutamente nada. Esse pacto já foi feito lá atrás no Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público. Ou seja, o Universal precisava oferecer em compensação uma área para o município, e essa área, então, decidiu-se naquele determinado momento que ela seria para fins habitacionais e a COHAB que receberia a área. A COHAB é uma mera beneficiária de um acordo que foi feito no Ministério Público para compensação para que depois pudesse, então, seguir o licenciamento do Templo de Salomão. Para que pudéssemos então utilizar essa área. Para utilizar essa área, a igreja precisava doar a área para o município, para COHAB. Ela não conseguia doar, porque em determinado momento a gleba de 34 mil metros, ela comprou do proprietário metade. Então o proprietário ficou com metade e ela ficou com outra metade de uma gleba. Então ela tinha a fração ideal de uma metade. E que ela, portanto, não pode doar enquanto ela não conseguir registrar isso em nome dela para depois passar. Não conseguindo passar por problemas com o proprietário, ficou impasse durante todos esses anos. Ou seja, a COHAB dizendo, me dá área porque... entra o que a Verinha disse, o Maksuel disse, nós precisamos de área, precisamos de um banco de terras para podermos desenvolver e produzir habitação aqui em São Paulo. E nós tínhamos uma área garantida no Termo de Ajustamento de Conduta que não chegava. Não chegava para nós, para COHAB. E aí fomos entender então, no ano passado, comecei essa discussão, por que essa área não chega para

COHAB. Se tem um compromisso lá no Ministério Público, por que essa bendita área não chega logo? Aí fomos atrás, vimos que tinha um problema que a Universal estava enfrentando, que ela não conseguia mais avançar amigavelmente com o proprietário da área que precisava assinar para poder desmembrar e poder passar para COHAB. Aí ficou um impasse. E como é que resolvemos isso? Com o empenho que só a administração pública tem, que é por meio da força da desapropriação. Ou seja, pelo interesse supremo público que só a administração pública tem. Ou seja, vamos lá e olha, eu não quero saber se a Universal está brigando, se o proprietário está brigando, quem está brigando, essa área nós vamos desapropriar. Nós vamos desapropriar para acabar a briga, porque daí eu vou zerar a matrícula, o senhor sabe muito bem, Nelson. Porque daí eu zero a matrícula, pego a área livre, desimpedida, fico com a área que a igreja tem que me dar, e ela tem que me dar, portanto a COHAB não desembolsa nada, porque ela está dando por compensação, ela é obrigada a dar por compensação, e agora temos interesse na compra dos outros 17, porque eu quero juntar as duas áreas para produzirmos mais habitação na região. Então, é só isso. Não tem nada de diferente. O que tem de diferente foi a decisão que o Poder Público, vendo a morosidade para cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta, falou nós não vamos mais esperar. A partir de agora nós vamos usar uma prerrogativa que só o Poder Público tem de entrar e desapropriar. E estamos agora propondo a desapropriação. O prefeito fez o decreto, nós estamos aqui tomando todas as cautelas para deixá-los a par do que está sendo feito. Embora não tenha nada de diferente do que foi dito aqui e que foi pactuado 7, 8 anos atrás, não tem nada de diferente. O que mudou? Nada. A área está vindo para COHAB como foi combinado lá atrás, não foi uma negociação dessa gestão. Então nós só estamos viabilizando aquilo que ficou combinado lá atrás, através da desapropriação, porque senão iam ficar mais oito, dez anos esperando essa área chegar. Então é só isso que está acontecendo. Agora, e a demanda? A demanda está prevista na legislação. Essa área vindo para COHAB, para onde ela vai? Ela vai para os programas habitacionais existentes, meu Deus do céu. Para onde ela vai? Ela pode ir para o Pode Entrar, ela pode ir para PPP, ela vai pros programas existentes. E todos esses programas existentes têm na legislação como é que se dá a demanda. A demanda não é inventada. Se for para o Pode Entrar como que se dá a demanda? Se for para PPP, como é que se dá a demanda? Está na legislação que nós aqui participamos, que nós aqui em algum momento anuímos enquanto Conselho. Então não tem muita novidade, senão colocamos uma celeuma que não existe. Não existe. Demanda da PPP, como foi muito bem dito ali pelo conselheiro, no mínimo 60% de HIS1. No mínimo 60%. Então é o seguinte, está lá na legislação, é bondade de alguém, é camaradagem de alguém? Não, está lá na legislação como vai ser. Então se vai para o Pode Entrar está na legislação, se vai para PPP, está na legislação e vai para alguns dos programas existentes, obviamente. Então só para deixar claro, se não, imaginamos que tem alguma carta na manga, que tem alguma saída, alguma coisa diferente, que está se pensando. Não está se pensando em nada diferente, a não ser aquilo que já foi definido em relação à aquisição, não aquisição, ao recebimento dessa área. E agora, para viabilizar, vamos fazer através da desapropriação, porque daí nós ficamos mais dependendo da solução amigável entre os dois privados. E o interesse público vai ficando para trás, porque nós queremos é receber a área. O que a COHAB quer? Receber o quanto antes a área. Então nós queremos receber a área e decidimos então fazer isso para que pudéssemos acelerar o processo de recebimento. E aí nós vamos incluir um dos programas, e dependendo do programa estará na legislação a demanda que vai ser viabilizada. **Sr. Sidney:** Obrigado, João, pelas colocações. Senhores conselheiros, esclarecido todas as dúvidas. Permanece ainda, por favor. **Sr. Nelson:** Porque agora ficou claro, agradeço muito os agradecimentos, que vai ter pagamento de indenização por uma parte, pelo que eu entendi. É isso? **Sr. João Cury:** Está certo, Nelson, é isso mesmo. Se vocês observarem, são 34 mil metros. Dos quais 17 é a obrigação da igreja oferecer para o município por conta do Termo de Ajustamento de Conduta. Os outros 17 de quem é? Tem nada a ver com a igreja os outros 17. É o remanescente dos 34 mil que também nos interessa. **Sr. Nelson:** É só um pensamento mesmo, essa área que a proprietária queria negociar com a Igreja, ela por acaso estaria enquadrada naqueles imóveis que não atendem à Constituição Social? Já que estamos em um monte de grupo aqui que identifica imóveis, que isso faz uma diferença grande depois para a indenização. É um esclarecimento, porque eu não sei. **Sr. João Cury:** Esses 17, Nelson, tem lá atividade comercial existindo. Então, assim, provavelmente nós vamos tomar todos os meios jurídicos necessários para podermos ingressar com a ação, se for o caso de ingressar com a ação, porque o proprietário pode resistir. E resistindo nós vamos ter que ingressar com a ação e aí vai para o judiciário decidir. **Sr. Sidney:** Pessoal, sanadas todas as dúvidas aí? Mais alguma colocação com relação ao assunto ou podemos já deliberar para a pauta? Pode ser? Então, nesse instante, passamos a deliberar na pauta item 2. Temos aqui hoje um total de 33 conselheiros votantes. Os senhores podem, por gentileza, levantarem a mão, só para identificar quem são os conselheiros? Perfeito. Então, nesse instante, eu submeto aqui, o item 2 já foi lido a pauta, tudo já tem ciência, não vou ler novamente, mas vou submeter a votação, ok? Então, aqueles que aprovam esta pauta, o item 2, conforme explicado aqui, que permanece com as suas mãos abaixadas. Aqueles que não concordarem, eu levante a mão. Então, nesse horário aqui, às 15h24min, declaro que essa pauta de aprovação e recepção desse terreno, conforme apresentado aqui, foi aprovada por unanimidade. Após esse debate, João, e essas explicações, eu vou acolher aqui, de forma consignada também, para constar em ata, que realmente discuta essa demanda, junto com os membros do Conselho, e que crie-se também esse grupo de trabalho, aproveitando já todos os presentes, aqueles que tiverem

de acordo também com a criação do grupo de trabalho, que já permaneçam com as suas mãos abaixadas. Tudo bem? Então fica consignado também, nesta ata que, aprova-se o grupo de trabalho para podermos fazer discussões futuras sobre a demanda sobre essa área. Então muito obrigado a todos, item 2, todo esclarecimento. Passamos agora, então, nossa pauta seguinte que é o item 3, que são informes da proposta de critério de aferição de subsídio a ser aplicada a comercialização de unidades habitacionais no âmbito do programa Póde Entrar. Aqui mais especificamente estaremos falando com vocês sobre cartas de crédito destinadas a mulheres vítimas de violência. Ai, Kátia, você tem a palavra. Nilson, você quer concorrer à mesa aqui? Eu convido você a comprar a mesa também. Muito obrigado. **Sra. Kátia:** Vou explicar para vocês, para vocês entenderem essa questão aqui. Todo mundo sabe que a Resolução 32, que foi a resolução que criou o programa o Póde Entrar, ela tinha o limite de subsídio meio que imposto nessa resolução na época. Quem lembra? Claro, todo mundo lembra da criação do programa, não é possível? Fátima, Verinha, essa galera que estava aqui, Maksuel, Toni, Nair... Esse pessoal mais antigo sabe como esse programa foi criado. E o que aconteceu? Quando o programa foi criado, limitou-se o subsídio a 120 mil reais. E isso se manteve, porque como a Resolução 32 não havia sido revogada, manteve que o limite de subsídio para os empreendimentos vinculados ao Póde Entrar na comercialização seria de R\$ 120 mil. O que é isso aqui? Nada mais é, o que entendemos até que não precisaria passar pelo Conselho, limitar o subsídio que a lei já define o percentual que deve ser utilizado para o atendimento das famílias vinculadas ao programa, tem o subsídio pré-definido. Existe um subsídio lá que é a diferença entre a capacidade de pagamento da família versus o custo da unidade operacional, o custo de produção das unidades. Então o que sobra é subsídio. Acontece que especificamente na comercialização das unidades no âmbito do programa Póde Entrar, das cartas de crédito das mulheres vítimas de violência doméstica, a equipe jurídica da COHAB entendeu que esse subsídio não estava claro. E no Decreto 60927, que é o decreto que trata das cartas de crédito computacionais vinculadas ao programa Póde Entrar, ele diz que nós temos três modalidades de cartas de crédito. Eu não vou entrar aqui no método dessas três modalidades, nem vou tratar da modalidade 100% subsidiada, financiada com subsídio e da totalmente financiada. Mas no caso das mulheres vítimas de violência doméstica, nós temos uma demanda muito peculiar. Em sua totalidade, essas mulheres são atendidas pelas redes sócio-assistenciais, pelas redes de proteção, e elas têm uma renda muito baixa. Tendo uma renda muito baixa, esse limite do subsídio não poderia ser aplicado, não deveria se impor no limite do subsídio. O que nós estamos propondo aqui? A aferição desse subsídio se manter conforme o subsídio estabelecido no programa. Ou seja, a diferença da capacidade de pagamento da família versus o custo da unidade habitacional que ela está adquirindo no mercado. Porque essa carta de crédito habitacional é aquela que a mulher, nesse caso específico, vai buscar um imóvel no mercado. É a diferença entre o custo dessa unidade habitacional e a capacidade de pagamento da mulher vítima de violência doméstica. Eu não tenho como definir, será 150 mil, será 180 mil. No caso da carta de crédito, nós não conseguimos definir esse subsídio. Vocês conseguiram entender? Está difícil? Fala, Fátima. **Sra. Fátima:** Boa tarde a todos e todas. Acho que discutimos bastante essa questão da Lei do Póde Entrar. Inclusive essa colocação da questão de atendimento das mulheres vítimas de violência foi uma proposta nossa, enquanto mulheres. E aí eu coloco para todos e todas aqui presentes. As mulheres são vítimas de violência, estão em uma casa de abrigo, com medida protetiva, sem trabalho, muitas mães e chefes de família com seus filhos. Então, essa mulher, na minha proposta, eu acho que tem que ser no mesmo modo da Minha Casa Minha Vida. Ela tem que ser um subsídio total. Ela não pode ter só a proposta de atendimento, se vai ser quanto ou não quanto. Ela não tem onde morar. Ela está em um abrigo. Então, ela tem a obrigação de ter um subsídio total do município de atendimento para elas. Então, essa minha proposta aqui, para todos os companheiros e companheiras, nós sabemos quantas mulheres estão no abrigo, eu tenho acompanhado muito bem isso, junto até com a Defensoria Pública e também com a Secretaria de Mulheres dentro do movimento da União do Desenvolvimento de Moradia e o levantamento das regiões e da Casa Abrigo. Então, são muitas mulheres que estão dentro da Casa Abrigo agora com seus filhos, sem ter onde morar e sem ter situação nenhuma. Então, a partir da hora que ela tem uma habitação para morar, falamos que a moradia porta de entrada para todos os outros direitos. Ela vai sim buscar o direito dela com os filhos dela e participação da sociedade com a vida ativa. Obrigada. **Sra. Samira:** Quería reforçar tudo que a Fátima falou. Quería também só entender qual que é o objetivo da pauta, porque é o informe da proposta. Não vamos votar essa proposta? **Sra. Kátia:** Na realidade, até uma proposta de voto inicialmente. Mas é para deixar o Conselho ciente de que essas mulheres, como a Fátima mesmo colocou, são uma demanda peculiar. Então não é uma proposta de voto. É só para que vocês tenham esse entendimento de que, no caso das cartas de crédito, as mulheres vítimas de violência doméstica não terão subsídio limitado, podendo ocorrer até o que a Fátima falou, essa questão do subsídio chegar a um valor... Mas só para deixar claro, porque algumas delas têm renda. Algumas delas possuem renda e não estão abrigadas. No caso das mulheres abrigadas, elas já não têm renda. Elas não conseguem trabalhar. É bem complexa a situação. **Sra. Samira:** Mas eu não entendi, porque isso é uma proposta. Ela vai ser definida em que âmbito? Se ela não vai ser aprovada aqui? **Sra. Kátia:** Não, mas não é nem definida. É porque isso já existe no programa. Temos essa questão do subsídio no programa, entendeu? Só que o jurídico da COHAB entende que isso tem que passar pelo Conselho, que o Conselho tem que estar ciente de que as mulheres vão receber esse subsídio da carta de crédito. Entendeu? Eu entendi que não. Eu

entendi diferente. Eu acho que o subsídio já está posto. Não tem como o subsídio ser maior ou menor, entendeu? Ele é a diferença. Não tem o que você colocar aí para botar. Eu vou botar o que esse programa está aí, já existe, e se a renda é até três salários e 15% do valor dessa renda vai ser o valor máximo da prestação. Como é que eu vou definir outra coisa? **Sra. Samira:** Continuo sem entender a pauta. **Sra. Kátia:** Até eu me confundi na pauta agora. **Sra. Samira:** Não entendi o objetivo da pauta. **Sra. M^a Helena:** Porque é o seguinte, a princípio que seria uma solicitação de voto. Ai, quando nós tivemos uma reunião no Gabinete, aí chegou-se a conclusão que não cabe uma solicitação de voto, seriam informes sobre a proposta da aferição de subsídio. É isso. Então nós encaminhamos ontem um e-mail colocando qual seria a real pauta desta reunião. **Sra. Kátia:** Deixe-me tentar explicar. Foi dito que haveria a necessidade de se aprovar no Conselho o subsídio para as mulheres vítimas de violência doméstica. Haveria necessidade. A Katia entende que eu não preciso passar no Conselho o limite de subsídio. Porque o limite de subsídio já está estabelecido no decreto de comercialização e na portaria de aferição de comprometimento de renda. Não tem porque eu aprovar no Conselho um subsídio que ele já é obrigatório do município. O programa já prevê que o subsídio sempre vai ser a diferença entre aquilo que a família pode pagar dentro dos 15% previsto para o programa. Não tem como. Eu vou aprovar o quê? A carta de crédito das mulheres vítimas de violência doméstica está inserida nesse mesmo contexto, é vinculada ao programa Podem Entrar. Por que eu tenho que aprovar, ou tenho que tratar diferente do que já está previsto no programa? Então, quando nós fizemos essa reunião no Gabinete, eu estava e eu falei - Gente, eu não vejo necessidade de se aprovar isso tudo no Conselho. Eu acho que não tem necessidade. Eu vou passar no Conselho uma coisa que a lei já prevê, o decreto já prevê, a portaria já prevê, tem o decreto de comercialização que prevê, eu vou discutir o que no Conselho? Não tem lógica. **Sr. Maksuel:** Mas o que está sendo entendido aí, peço até licença aos conselheiros. Justamente, você acabou de colocar aí, achando um conquista, achando um norte. Já tem a lei, já tem a portaria, já existe a carta. Mas tem um valor definido. Ai você está falando sobre a questão de aferição de subsídios. Então, quando você fala informes da proposta. Qual proposta? Ai quando você coloca critério de aferição, aí dá uma conotação diferente. **Sra. Kátia:** Talvez a proposta que se deveria existir. Era mais para eu informar, o informe seria esse - Gente, vocês iriam votar o item 3, mas não há necessidade. Esse seria o informe por conta dessa justificativa que eu acabei de apresentar. Então não teria votação, porque não tem necessidade de haver votação. Não é o informe da proposta, não tem proposta. A proposta existiria, mas não tem necessidade. É isso. **Sr. Miguel:** A redação da proposta. **Sra. Kátia:** É, a redação está errada, não tem proposta. **Sr. Maksuel:** Só para ajudar aqui os conselheiros, você mesma colocou, a companheira Fátima colocou muito bem ali, tem pessoas em situação de completamente vulnerabilidade social, que está abrigada. Ai você mesmo, como mulher, que de repente o homem fala, aí cai num outro contexto. Ai não é isso o caso. Nós somos conselheiros, e somos humanos, e sabemos o que as mulheres sofrem dentro de comunidades carentes. Muitas vezes fomos fazer até resgate aí de muita mulher apanhando de marido dentro de comunidades, vocês sabem como que acontece. Agora o que está sendo falado aqui, proposto, que tem mulheres dentro dessa situação, mas também o céu não limite. Você está entendendo? Porque tinha um custo sobre essa questão, está sendo levantado aqui que pode ter uma questão de aferição do subsídio, então ele pode ser maior. Desde que a pessoa comprove, é isso que eu estou entendendo, a sua extrema necessidade para o atendimento. Eu concordo extremamente com a companheira Fátima, que em alguns casos, e aí sim eu acho que poderia ser votado pelo Conselho, até de garantir o subsídio total para determinados casos, para determinadas famílias. Tem situações de mulheres que está com quatro filhos dentro da comunidade, tem escola, creche, vai trabalhar, trabalha em dois empregos, faz faxina, faz isso, vende salgadinho na rua e não consegue. Como que ela vai conseguir o dinheiro para ter uma posição? Como que ela vai conseguir pagar isso? Então é caso a caso a ser avaliado. Acho que seria importante ter essa retificação e a gente ter esse informe um pouco mais qualificado para que tenhamos certeza do que está sendo apresentado. Mas basicamente temos um entendimento, sim. **Sra. Kátia:** Só para complementar a fala. Existem mulheres vítimas de violência doméstica em todas as classes sociais. Até porque eu posso falar com propriedade, porque eu fui mulher vítima de violência doméstica. E não foi há muito tempo, não foi bem recente. Então eu posso dizer que não é a classe social. Mulher vítima de violência doméstica tem muitas mulheres bem sucedidas que são vítimas de violência doméstica. Eu não tenho vergonha nenhuma de falar isso. Eu fui, hoje não sou mais, graças a Deus, mas já fui sim e não me orgulho. Mas não me orgulho porque no momento você não pensa, você só sente, mas é bem complicado, eu me solidarizo com essa situação, porque é muito difícil para quem está passando por isso. **Sr. Nelson:** Então, uma coisa é a Kátia subjetiva. Ah, eu acho que está lindo, maravilhoso, não precisa fazer nada. Outra coisa é a questão da objetividade. Pelo que entendi o jurídico da COHAB não tem o seu entendimento. E, normalmente, se eu fosse um técnico e falasse que vou dar 100%, eu vou pensar - Será que eu posso dar 100%? Onde que está dito isso? Ai fica sempre aquela insegurança. Então, eu vejo nenhum problema este Conselho que tem atribuições para justamente tratar da política habitacional, possa tratar desse assunto, respaldando até os técnicos que vão dar esse discurso visível quando for necessário. Então, não sei se precisa ser hoje, mas eu acho que valeria a pena. Porque aí também, não querendo exagerar, uma mulher vítima de violência também pode ser uma mulher idosa, pode ser um homem idoso. E tem várias situações também de vulnerabilidade. Então, eu acho que aproveitar e ver também melhorar essas situações de vulnerabilidade, a questão da

diversidade social pode não ser só das mulheres, tem toda a questão dos grupos, LGBTQIA+ também pode ser também vítima dessa mesma situação. Então, acho que talvez valeria a pena, talvez, transformar um pouco melhor, mas sim trazer para algum voto aqui do Conselho, considerando as situações de vulnerabilidade com relação a essa questão de violência, que tem grupos vulneráveis que sofrem com certeza. **Sr. Osmar:** Quería novamente levantar essa questão, porque toda vez que falamos de programas de habitação, discutimos profundamente a falta de linhas de financiamento, que possamos ter uma política pública de habitação que chegue aos mais pobres. Não sei se a COHAB fez algum estudo, mas precisaria fazer um estudo do índice de inadimplência das pessoas que financiaram através da conta de renda. Temos feito algumas pesquisas, quase 70% da demanda dos empreendimentos financiados pela COHAB, pela CDHU, que estão inadimplentes. E até agora não tratamos, vamos dizer assim, a causa. E sabemos que um dos maiores problemas é o desemprego, baixos salários, e que muitas vezes as pessoas inventam renda para enquadrar. As pessoas às vezes têm que fazer uma auto declaração porque às vezes não aceitam o benefício, a COHAB não aceita o Bolsa Família, não aceita outras formas de programas de transferência de renda. Então, precisamos discutir, porque hoje estamos produzindo o Póde Entrar, temos clareza absoluta que trabalhamos com a população extremamente estourada. Eu não sei como é que vocês estão trabalhando, eu trabalho com a população que, na grande parte, trabalha de camelo, trabalha de faxineira, trabalha de diarista. São mães solas, e a grande maioria são mães solas, 80% são mães solas. Mãe sozinha que sustenta os filhos, e que ela depende dessa renda para botar a comida na mesa. Ela tirar o valor, 15% da renda, eu estava vendo assim, hoje uma unidade, estamos produzindo unidade com elevador, o condomínio hoje o mínimo é 350 reais, em alguns casos pode até ser menos. Ai você tem mais a prestação que tem que pagar todo mês. Então, ela vai comprometer quase 50% do salário mínimo dela só com a prestação mais o condomínio. Então, precisa avaliar, porque quando falamos de aumentar o subsídio, falamos em cima da escala de renda. Quem ganha menos, maior o subsídio. Quem ganha mais, subsidia quem ganha menos. Então, precisamos pensar mecanismos que as pessoas, elas têm acesso à política, mas depois ela vende, ela entrega de graça a unidade. A pessoa volta para o estado anterior em que ela estava, morando na favela, morando no cortiço. Então, precisamos enfrentar isso. Não adianta termos hoje a Secretaria com uma política na cabeça, que agora vamos produzir em escala, e vamos produzir como se tivesse produzindo para o mercado e para uma população que ganha de um a três salários mínimos. Então, precisamos aumentar o subsídio, infelizmente, temos que trabalhar, é uma herança que nós temos, temos essa dívida com essa população, que é a população preta, pobre, que mora em barraco, que mora nas encostas, que mora dentro dos córregos, e que ela não tem a oportunidade de acessar uma política de habitação se o Estado não for parceiro para resolver esse problema. Então, vamos rediscutir as linhas de financiamento. Por que não pode discutir? Pior é não pagar, é inadimplência. Isso é pior. E a família ser despejada novamente. Então precisamos ir mais a fundo, discutir mais a fundo. Eu acho que o programa, ele é ótimo porque tem financiamento, está produzindo, mas precisamos saber qual vai ser o resultado final disso. Se a família vai poder morar ou se ela vai ter que entregar a unidade de volta. Então assim, eu vejo com grande preocupação uma família que vai chegar, tem família que pode pagar R\$ 600,00 de prestação. As PPP, por exemplo, tem gente pagando R\$ 600,00 de prestação, mais condomínio, paga mil reais. Já uma família que está acessando o Póde Entrar com três salários mínimos vai pagar R\$ 600,00 de prestação, mais o condomínio vai sair quase R\$ 1.000,00 por mês. Ele vai ter que desembolsar R\$ 1.000,00 por mês. Agora, uma família que ganha um salário mínimo não tem condição de comprometer 15%. Se comprometer 10%, ainda é muito. Ainda mais em 30 anos. Vai assinar um PTU, pelo que eu vi na proposta que está sendo construída, é um termo de permissão de uso oneroso, que ela paga 30 anos, como é o caso de várias unidades que eu estou acompanhando da CDHU, que ela pagou 30 anos, agora ela está novamente assinando um contrato de compra e venda para mais 30 anos de financiamento, ou seja, vai morrer e não vai pagar a unidade. Essa é a política que queremos fazer? Precisamos refletir um pouco o que queremos no Conselho. Precisamos refletir o que queremos de política de habitação. Sabemos que temos uma dívida histórica com essa população mais pobre, e se o poder público não for parceiro e nós não enfrentarmos, parar com essa história que o dinheiro público tem que ser pensado com uma lógica de mercado para termos retorno, e termos muito dinheiro de volta, aí não vamos resolver o problema do déficit habitacional. As pessoas vão morar provisoriamente e vai entregar a unidade novamente, e volta para o estado anterior. **Sr. Fernando:** Eu queria sugerir que, a pauta foi construída a partir da Comissão Executiva, a Executiva se reuniu, referendou a pauta e encaminhou para nós e-mail da reunião de hoje. Quando o Gabinete se reúne e altera a pauta, ele nos coloca em uma situação, pelo menos a mim, de desconforto. Eu não sei se eu me pauto no e-mail da semana passada, que traz a pauta como terceiro item de pedido de voto. Então isso faz com que venhamos para a reunião sem saber de que critério, de que aferição, de que proposta, ou de que informe estamos falando. Então, a minha sugestão é que quando a Executiva deliberar sobre a pauta, que nas vésperas não se altere o teor dela e traga para cá. E aí, no meu entendimento, os representantes de governo devem trazer aqui para a reunião a sua compreensão. Então, apresentamos a pauta, vocês apresentam a compreensão de vocês, e aí nós vamos discutir sobre isso. Alterar, na véspera, a pauta sobre uma compreensão de que ontem se reuniu no Gabinete e compreendeu que não era voto, era informe, parece o que a Executiva fez não teve validade, não teve legitimação, então é uma sugestão. Então essa compreensão que a Kátia trouxe, que nem estamos aqui discordando,

concordando, ao trazer isso, que isso possa vir para a reunião e não se alterar de ontem para hoje o título, a titularidade do teor que vem para reunião de hoje. Então, aquilo que a Executiva, que foi eleita por nós, definiu como pauta, traz para plenária. E aqui na plenária, sociedade civil, movimentos populares, representantes do governo vão poder dizer os seus pontos de vista e chegarmos num denominador comum. Mas não alterar a pauta, porque ontem compreenderam que era uniforme e não uma votação. Quem tem que dizer se é votação ou informe, no meu entendimento, é esse plenário reunido aqui hoje. **Sra. Kátia:** Eu corroboro do mesmo entendimento, não acho que deveria se alterar a pauta porque não foi a proposta. A proposta foi que se dissesse que não haveria votação por não entender a necessidade, e não alterar o item da pauta. Aí a Secretaria Executiva compreendeu que deveria passar ser um informe e não o que estava escrito anteriormente. Só para deixar claro. Eu não solicitei que fosse alterado nada, até porque eu nem tenho esse poder. **Sra. Renata:** Estou entendendo que na verdade seria informe sobre a interpretação jurídica quanto à critérios de aferição de subsídio. Então não é uma proposta, é um informe sobre uma interpretação jurídica de algo que está posto. Pelo que você falou, e pela essa interpretação jurídica, a questão da carta de crédito subsídio para mulheres vítimas de violência, eu entendi que se uma mulher vítima de violência, que ela não tem renda, ela segue dentro do programa com 100% de subsídio. Porque se ela tem zero, e custar 200 mil o financiamento, a diferença é 200 mil. Então, isso é uma interpretação agora. Eu acho que não é bem assim na prática. Entendo que não é assim na prática. E aí o que eu sugiro, eu acho que essa é uma pauta relevante, é importante, que ela venha para uma próxima reunião do Conselho, com os materiais adequados, com todo mundo preparado, para podermos discutir, porque esse é um ponto sensível a todos que estão presentes. Então é uma proposta de um encaminhamento, que levemos essa questão, e o entendimento desta interpretação, então não é uma aprovação, é um entendimento da interpretação, se é este entendimento mesmo, se ele está abarcado neste decreto, ou se precisamos discutir novos caminhos para que isso seja conseguido dentro do programa. É isso. **Sra. Kátia:** Deixe-me só colocar aqui, que assim. Existe o decreto de comercialização e nele está estabelecido como deve se dar essa comercialização. Qual que é a questão, e eu entendi o que você colocou, Renata. É isso, mas não é isso. Hoje nós temos 748 mulheres que foram homologadas para recebimento das cartas de crédito. E nós precisamos disponibilizar essas cartas para essas mulheres adquirirem esses imóveis no mercado. Esse é um processo que está sendo tratado desde 2022. Nós tivemos diversos obstáculos em relação a isso e hoje nós temos essas mulheres homologadas. A COHAB publicou recentemente a homologação. E qual é o nosso maior problema hoje? É liberar essas cartas. Nós temos que liberar essas cartas e hoje o que nós temos é o decreto de comercialização. E o que entendo, aí talvez as pessoas entendam diferente. Foi aquilo que o Nelson colocou. Não é um entendimento da Kátia, é um entendimento do todo, ainda mais porque trouxemos para o Conselho. Eu entendo que essas mulheres não podem ser prejudicadas porque elas estão aguardando um subsídio que já está previsto na legislação. Tem mulheres que não têm condições, tem mulheres que estão abrigadas, aí eu acho que não deveríamos trazer para este Conselho essa discussão que seria a questão do subsídio. Mas nós temos mulheres que estão em situação de violência doméstica, mas não estão abrigadas e de certa forma tem condição de adquirir esse imóvel dentro dos critérios de comercialização que estão nos decretos. Então, eu acho, aí eu vou colocar aqui a palavra do Secretário, que isso não poderia impedir a entrega dessas cartas. Porque a lista homologada tem priorização, então ela é uma lista hierarquizada, tudo bonitinho, de acordo com os critérios estabelecidos nessa modalidade e dentro da discussão que foi realizada com SMADS e Direitos Humanos. Então, eu acho que isso não deve impedir que essas mulheres recebam as cartas. Agora, tratar do subsídio de valor maior ou de até 100% para as mulheres que estão abrigadas e estão em condição de extrema vulnerabilidade, aí eu acho que é uma discussão que possamos colocar aqui. Você entendeu ou não? Não são todas as mulheres. As mulheres estão em condição de vulnerabilidade por serem vítimas de violência doméstica, certo? Não é só vulnerabilidade social. **Sra. Renata:** Você está falando que tem 748 mulheres que foram homologadas e estão aguardando as cartas de crédito. Dessas 748 mulheres, eu estou entendendo que essa interpretação vem porque muitas dessas mulheres, não sabemos quantas, precisariam de uma linha de crédito ultrapassa o que entendíamos como de praxe. Era 80 mil se não me engano de subsídio, não é isso? Até 80 mil. **Sra. Kátia:** Não, na realidade o subsídio era limitado a 120 mil. **Sra. Renata:** Então essas mulheres precisam de mais de 120 mil de subsídio. **Sra. Kátia:** É, na realidade não é mais porque revogamos 132. O decreto de comercialização ele revoga as disposições. O limite de subsídio é o que está estabelecido no programa, é a diferença entre o custo de produção e a capacidade de pagamento da família. **Sra. Samira:** Então, uma pessoa que não tem nenhuma renda, ela também consegue entrar porque vai ser subsídio total. **Sra. Kátia:** Não, porque no decreto foi estabelecido que existe uma parcela mínima. Então hoje o decreto de comercialização prevê um valor mínimo de parcela. **Sra. Samira:** Qual o valor? **Sra. Kátia:** 150 reais. **Sra. Samira:** Então, uma mulher que está em abrigo vítima de violência doméstica, ela... **Sra. Kátia:** Por isso que é uma outra discussão, a discussão com o subsídio total. Eu não posso entrar aqui, porque temos outras questões também que devemos discutir. Aí vou entrar nesse mérito de algumas mulheres que ainda não têm condições. Eu gostaria que colocássemos isso em pauta na próxima reunião para discutir exatamente essa questão do subsídio. Entendeu? Do subsídio total, vai. Que é uma discussão que eu sei que vai ser ferrenha. Vai ser complexa. **Sra. Samira:** Só uma dúvida. Por que chegou no número 748? O que limitou? O que estabeleceu? **Sra.**

Kátia: Na realidade não se limitou. Essa foi uma discussão realizada entre SMADS, Secretaria de Habitação e Direitos Humanos. Nós temos mulheres que são atendidas em auxílio aluguel por direitos humanos, que vocês devem acompanhar isso, ou talvez não, mas elas recebem auxílio de aluguel por direitos humanos. E qual foi o primeiro trabalho que nós fizemos? Quando se pensou nas cartas de crédito para as mulheres vítimas de violência doméstica, se pensou isso para demanda aberta, para que buscássemos na demanda aberta mulheres vítimas de violência doméstica. Só que tínhamos um problema. O que é uma mulher vítima de violência doméstica e de que forma que nós iríamos tratar essas mulheres na demanda aberta? Imagina esse universo. O que nós pensamos, isso foi muito estudado. Que nós deveríamos incluir direitos humanos e SMADS nessa pauta, porque como é que eu vou fornecer cartas de crédito para mulheres vítimas de violência doméstica e não converso com quem é detentor dessa política de atendimento e de assistência a essas mulheres? Tivemos que inserir, e no entendimento de SMADS e Direitos Humanos, as primeiras mulheres que deveriam ser atendidas seriam as mulheres assistidas pela rede sócio-assistencial, entendeu? Então não daria para ampliarmos. Nós tínhamos um recurso limitado, e aí se estabeleceu que o primeiro atendimento seria para essas mulheres, para as que estão sendo assistidas pela rede sócio-assistencial. **Sra. Kátia:** Kátia, eu lembro muito bem que na lei, mulheres vítimas de violência sendo atendidas ou não pelo poder público ou por uma entidade que atende mulheres nessa situação. E quando colocamos, discutimos bastante essa lei, colocamos as mulheres vulneráveis, as mulheres que estão sendo atendidas e que não tinham local nenhum para ficar. E aí, quando você coloca que tem 748 mulheres, que a SMAD colocou. Então, dentro dessas 748 mulheres, teria que saber qual que eram as mulheres que estão vulneráveis, que não têm renda nenhuma para que sejam atendidas. Porque a lei, o programa foi para isso, para atender essas mulheres, que não tinham renda. E aí, em uma live que o Secretário anterior falou, as mulheres atendidas a vítimas de violência sem renda iam ter o subsídio total. Podemos pegar essa live e colocar aqui. Ele falou isso em rede pública. E isso também está na lei. Foi o Secretário João Farias, o Secretário anterior. Então assim, tem coisas, assim como foi falado também, que já tinha sido atendido mil mulheres vítimas de violência com a carta de crédito, e sabemos que não. **Sra. Kátia:** Na realidade a proposta era 1.202. **Sra. Fátima:** Mas aí eu acho importante, não é pegar as mulheres que tem a medida protetiva e tudo, as mulheres realmente agora que estão nesse perfil, nessa necessidade, que sabemos que tem companheiras que são vítimas de violência, mas tem trabalho, ainda tem uma condição de pegar uma carta de crédito para sair fora daquele que agressor, outro local que ela tem desejo de morar, e ela possa pagar o que você falou, R\$120,00, um pouco de salário mínimo. Mas nós temos outras mulheres vítimas de violência que são mãe, chefe de família que nunca trabalhou. E que ela está naquela casa abrigo, e que ela está com aqueles filhos sendo abrigada. Então essas mulheres precisam imediatamente ser atendidas e ter um subsídio total para que ela consiga realmente colocar a vida dela para frente com os filhos. Então acho que é isso que está colocando. Acho que a importância de sabermos, nas casas, tanto a referência que é atendida pela Prefeitura, como as casas que é referente, que atende essas mulheres vítimas de violência. Quantas mulheres estão nesse perfil? Quantas mulheres estão nesse perfil que estão aí, que não tem o mínimo de atendimento, não tem salário, não tem uma renda, não tem nada. Precisamos saber que essas mulheres que eu acho que precisam ser atendidas imediatamente. Desculpa, mas eu acho até que está demorando demais, porque já faz quanto tempo? A lei foi aprovada em 2001. Nós estamos em 2024. Então já está demorando demais para essas companheiras saírem de lá dessa situação, porque sabemos o que é morar em um abrigo. Tem muita gente aqui, tem muitas pessoas que moram no abrigo, sabemos que não é legal, principalmente uma pessoa que tinha casa, tinha seus filhos, morava no local seguro e morar num abrigo com várias outras pessoas. **Sra. Kátia:** Fátima, eu entendo o que você colocou, e só para complementar sua fala, complementar não, só para uma questão de entendimento aqui. São dois pontos. Nós temos hoje uma cota de 5% destinada às mulheres vítimas de violência doméstica no programa Pode Entrar. **Sra. Fátima:** Mas mudou? **Sra. Kátia:** Não, não mudou nada. **Sra. Fátima:** Porque dentro da lei não está 5%. Tinha 5%. A lei diz que 5% para mulheres, 5% para idosos e 5% para deficientes. **Sra. Kátia:** Isso mesmo. **Sra. Fátima:** Tinha na lei, nós tiramos na época, porque falávamos que não tinha que ter percentagem, tinha que ter atendimento. Então, se colocaram na lei depois, eu pelo menos vi a lei e não está 5%. Está lá mulheres atendidas vítima de violência, idosos e deficientes, mas não tem percentagem. **Sra. Kátia:** É uma cota mínima. Na realidade, o que foi colocado é o mínimo de 5%. É obrigatoriedade de colocar o mínimo de 5% dessas mulheres. Então assim, com relação a isso, é só para deixar claro que essas mulheres que foram selecionadas inicialmente foram selecionadas juntamente com Direitos Humanos e SMADS. E as mulheres abrigadas pontuaram, porque nos critérios de pontuação da portaria intersecretarial, nós colocamos que deveria se priorizar as mulheres que estavam abrigadas. Então existe essa prioridade. **Sr. Marcos:** 748 mulheres nessas condições, acho que sei por que, porque são as que tem condições de pagar a parcela mínima. Se todo universo não foi contemplado e não tem condições. Acho que é obrigação deste Conselho discutir essa questão, temos que pautar isso com a maior urgência possível. **Sra. Kátia:** Só para deixar claro que isso não ocorreu. O critério não foi de mulheres que tinham condições de pagar, pelo contrário, eram mulheres assistidas pela rede de proteção especial. Então assim, não existe, você não tem condições, você vai entrar. Você tem condições, você não vai entrar. Até porque se você ler a forçaria intersecretarial, que eu vou pesquisar aqui e passar o número para vocês, vocês vão verificar que os critérios de pontuação das mulheres que não têm

condições de pagar, eles priorizam essas mulheres. Na hierarquização, elas são prioridade. Então, isso aí não existe. Desculpa, até eu sou um pouco incisiva. Não existiu, não existe e jamais nós faríamos uma coisa dessa. Eu posso dizer porque eu fui uma das pessoas que discutiu isso, junto com a Coordenadoria de Trabalho Social de SEHAB e a diretoria social de COHAB, não existiu. Pelo contrário, a nossa prioridade era atender justamente quem não tinha condições, porque que vantagem Maria leva? De atendermos somente a demanda que consegue pagar. Então, não atendesse mulher vítima de violência doméstica, atendesse a outra demanda. Não tem nem lógica. Desculpa, mas é porque como eu participei disso intensivamente, até exaustivo. Eu entendo e assim, como eu coloquei aqui, essa discussão muito me importou, porque como eu disse, eu fui uma mulher vítima de violência doméstica. Então, diferente de mim, que tinha um emprego, estava bem posicionada, empresária e tudo mais, outras pessoas não tinham essa mesma condição. Então, eu tenho que olhar para a questão da violência. Não posso olhar para a questão da condição, porque se eu olhasse para a questão da condição, o que a Kátia estaria fazendo aqui? Não tem nem lógica, entende? É isso. **Sra. Daniela:** Por que não seguimos conforme a avaliação jurídica de vocês, o critério pelo entendimento de vocês? E nada impede daqui a 30 dias trazermos aqui de forma mais detalhada. Mas pelo menos não fica parada essa lista dessas beneficiárias que já foram selecionadas, se não começamos misturar aquelas coisas. Viemos para discutir o critério de aferição dos subsídios, não o critério de seleção das beneficiadas. Certo? Se vocês não têm isso. Então, se no entendimento de vocês, o critério de aferição é válido e está estabelecido na lei, segue. E aí na próxima reunião aqui, traz como é feito o cálculo, para que todo o Conselho possa olhar e dizer que concorda, não concorda, vamos propor uma mudança, vamos propor alguma adequação, que o jogo mude, a regra mude a partir da nova discussão. Mas pelo menos não fica parado na demanda. **Sr. Sidney:** Senhores conselheiros, após o caloroso debate sobre o tema, percebemos que tem previsão legal, mas resta uma consideração jurídica por parte da COHAB que precisa ser ratificada ou referendada por este pleno, por este Conselho. Então, pelo princípio da razoabilidade, e isso se senhores estiverem de acordo. É uma proposta que surge, porque inicialmente é uma solicitação de voto e passou-se a ser um informativo, perfeito? É assim, eu acredito que os critérios que lá estão hoje, que contemplaram e que tiveram por elegibilidade 748 mulheres, são critérios contados na legislação. E que obstarms esse benefício, prosseguimento desse benefício, estaríamos obstando desse benefício chegar realmente na ponta de quem mais precisa, de acordo com o que a conselheira falou ali, com muita propriedade. Então, nesses termos, o que eu ia propor para vocês? Aí definimos e seguimos a pauta ou delibera. É que assim, que desse curso, desse vazão, essas mulheres que estão aí na fila de atendimento, porque se elas estão na fila é por uma necessidade. E que marque já como tema da próxima reunião trazer todas essas informações, os debates, inclusive com todos esses critérios, porque isso já existe em previsão legal, nós não estamos inventando nada. Então, se vocês, assim, pelo princípio da razoabilidade, daquela questão também de se colocar no lugar do outro, porque essas mulheres também têm as suas necessidades, se os senhores estiverem de acordo, eu pretendo tocar dessa forma. Eu gostaria de ouvi-los. Se os senhores estiverem de acordo, permaneçam com a mão abaixada. Se alguém levantar a mão, vamos considerar esse óbice também para próxima reunião deliberar. Pode ser assim dessa forma? Então, eu submeto então a vocês. Continue de mão baixada. Então, vamos deliberar no sentido de atender as mulheres que ali estão, convocar as pessoas para falar sobre a aferição, sobre os critérios que já estão na Lei. E aí, obviamente, também, se for o caso, chamar aí alguém mais, para subsidiar com informações, para que realmente tenhamos essas informações. Uma coisa que vou pedir para você e para todos os membros da Secretaria de Habitação, é que essas pautas, essas coisas, até os decretos, a base legal, Maria Helena, Mônica, sempre esteja constando no item da pauta. Esse assunto é baseado no decreto-lei tal, na resolução tal, porque aí dá tempo dos conselheiros tomarem ciência, e realmente não fica esse debate aqui meio que inócuo, estamos batendo, batendo, batendo, malhando ferro frio. As nossas uniões serão mais produtivas, se os senhores estiverem de acordo. Eu faço essa recomendação à Secretaria da Mesa. Então, prosseguimos, então, para o item 4 nessas condições? Pode ser? Tudo bem, Kátia? **Sra. Kátia:** Pode. **Sr. Sidney:** Então, muito obrigado pela atenção. Retomo a palavra aqui e vamos apreciar o item 4 da pauta, que trata-se da apresentação da relação de todos os empreendimentos contratados em cada modalidade. Modalidade de entidades, produção própria de SEHAB e COHAB, cartas de crédito e aquisição de unidades. Número de unidades, localização, etapa da obra e o orçamento envolvido. Solicitação dos conselheiros Renata Miron, Nunes Lopes dos Reis, Samira Rodrigues e Maria de Fátima dos Santos. Quem vai fazer essa apresentação para nós será o Nilson com o apoio da Kátia. Então, muito obrigado, Nilson. Você tem a palavra para conduzir. **Sra. Kátia:** Enquanto vão achando o arquivo, a Portaria é a 109 SEHAB/SMADS/ Direitos Humanos, de 2022. Portaria 109, que definiu a priorização das mulheres. **Sr. Nilson:** Esse aqui é o sistema do Aquisição, que tem uma relação detalhada de todos os empreendimentos feitos pelo sistema Pode Entrar Aquisição, que faz parte daquele pacote das 40 mil unidades. Essa compra inicial aqui são 10.018 unidades, que foi feita uma apresentação disso foi no dia 26 de dezembro do ano passado, mostrando o percentual de execução de cada obra e com a data prevista de execução com valores definidos aqui para cada uma das unidades. Os valores oscilam, o máximo de 210, até o valor da proposta que foi apresentada em cada um dos empreendimentos aqui. Claro que vocês vão receber isso aqui. Tem os seis vinculativos disso aqui. Estamos mostrando todas as posições, os contratos e os andamentos. Número de unidade específica de cada um. Não vou ficar lendo aqui, são 21

empreendimentos aqui, e nos 10 mil tivemos aquela primeira cota de liberação do Tribunal de Contas. Eu estou falando aqui de um valor de aproximadamente 2 bilhões de reais ao longo da execução dos 24 meses da execução das obras aqui. Ao contrário do Pode Entrar, tem um prazo um pouquinho mais longo. Isso aqui são 24 meses. Esses valores percentuais aqui referem-se a uma situação agora de abril. Cada empreendimento tem a sua relação de executabilidade aqui. Todas as previsões aqui estão para dezembro de 2025. Não obstante, poderão ocorrer entregas antecipadas aqui. Já vou dizer logo que um dos empreendimentos aqui, o Mix Morumbi, que ele está com 60% de obra. Agora, como é que ele fez isso? Ele começou antes. Por recursos dele. Ele entrou por conta de risco dele, inclusive. Deve estar cumprido aqui no final do terceiro trimestre de 2025. E aqui, não sei se tem todo mundo que tem conhecimento desse sistema de aquisição, o sistema de pagamento, estamos comprando imóvel pronto na planta no futuro, estamos comprando imóvel pronto. E temos o ritmo de pagamento que não é o ritmo do andamento vinculado ao cronograma da obra. São feitas aferições pela Caixa Econômica Federal a cada seis meses. A primeira aferição semestral, vai se dar agora no próprio mês de maio, até final de maio. Vocês vão olhar, e se vocês quiserem discutimos detalhadamente qualquer um ou qualquer dúvida que possamos ter, podemos abrir uma conversa em cima disso aqui, independentemente de qualquer coisa. **Sra. Renata:** Eu entendo que é uma tabela bem grande, vocês vão mandar por e-mail. Você tem um resumo de porcentagem, por quanto tempo contratado para o movimento social? Por autogestão. **Sr. Nilson:** Esse aqui é uma aquisição, o outro é outra tabela. **Sra. Renata:** Esse é só aquisição? **Sr. Nilson:** Só aquisição. Tem a outra tabela, que é do Pode Entrar Entidades e empresas, que nós vamos mostrar a seguir, que é outro arquivo. **Sra. Renata:** E quantas unidades ele tem? **Sr. Nilson:** Esse aqui tem 10.018. Na outra tem dois tipos de situação. Em obras e contratadas. Aqui são todas contratadas em obras. Nós vamos ver o outro aqui, que é o entidades e entidades empresas. Quando eu falo empresas, é o aproveitamento do chamamento do FAR. Aqui, na verdade, temos por enquanto só duas obras. **Sr. Mauro:** Dá um resumo para nós de quantos tem de unidades por empreendimentos, quantos são esses que você vai mostrar agora. Quería um sobrevo geral só para entendermos. **Sr. Nilson:** Nós temos aqui, vamos lá, o Pode Entrar Aquisição são esses 10.018 contratados até agora. O Pode entrar entidades aqui, eu tenho 5.955 contratados. Desses contratados, 5.105 em andamento. **Sr. Mauro:** Então, grosseiramente, temos 10 mil comprados. **Sr. Nilson:** Comprados da planta. Entidades tem 6 mil, arredondando. **Sr. Mauro:** Grosseiramente. **Sr. Nilson:** Isso, arredondando. **Sr. Mauro:** Falando em 16 mil unidades. **Sr. Nilson:** Isso, isso. **Sr. Mauro:** Como é que vocês avaliam isso no Programa, que a ideia era chegar a 60 mil unidades? Como é que vocês estão avaliando isso? **Sr. Nilson:** Olha, é o seguinte, a demanda aqui é uma questão de detalhes orçamentários também. Porque o programa do aquisição pode chegar a 20 mil, e o programa do Pode Entrar entidades aqui, com uma possibilidade de chegar a 15 mil unidades inicialmente. Claro, que o chamamento disso é 40 mil, e esse aqui daria. Eu não estou falando aqui de demanda de SEHAB. A demanda do SEHAB o Secretário vai falar. **Sr. Sidney:** SEHAB eu falo, vou complementar. **Sr. Nilson:** Ele vai complementar, mas eu estou falando somente desses dois aspectos. Aquisição e a outra demanda. E tem uma parte da PPP ainda, e o que acontece? Eu vou falar genericamente da PPP, que para lançar empreendimento da PPP, ele tem que estar obviamente aprovado em SMUL. Todos esses empreendedores que eu estou trabalhando aqui, todos eles com alvará na mão, todos eles vão ser entregados com matrículas individualizadas, então vai ter uma regularização futura desses empreendimentos aqui. Além do mais, o Aquisição tenho registro de incorporação já afirmado antes da contratação feita, que é um dos requisitos do edital. Diferentemente do entidades, que vai ter o registro da matrícula até o final do empreendimento. Inclusive, vocês já devem começar a fazer isso, ou já estão fazendo. Mas é só um alerta para não chegar em cima da hora, tem uma demanda de fazer entrega da unidade. Não conseguiu fazer entrega porque não tem o registro, as matrículas individualizadas. O que é diferente do aquisição, que já tem o registro de incorporação firmado de cada um deles. Então, respondendo a sua pergunta, acho que poderia fazer mais. Mas claro que depende de recursos do Tesouro Municipal, lembrando que isso aqui é 100% Prefeitura, não tem nenhum subsídio por enquanto de outros agentes financeiros aí, outros governos, inclusive, independentemente de qualquer coisa. Eu acho que poderíamos alcançar um número bem maior. Claro que o município de São Paulo é o maior município do Brasil aqui e tem um poder aquisitivo e um poder de investimento que é muito maior que os outros que tem aí. Mas também nós temos nossos problemas, que são muito maiores que os outros municípios também. Claro, sabemos que as aprovações do projeto aqui, apesar que nós estamos dentro do papel do povo, são complexas, por causa da demanda, nós temos um público, nós estamos vivendo um certo boomzinho da construção aí, todo mundo está sabendo da dificuldade de mão de obra que temos, alocação de alguns equipamentos, tem uma programação longa aí. Então, eu vejo que foi dado um passo muito grande, muito maior do que outros tempos atrás. Estou há 40 anos na COHAB, então eu já passei por todas as gestões possíveis aqui nos últimos tempos. Então não tem um departamento da COHAB que não tem uma mão minha, para dizer a verdade. Independente de governo. Não interessa o governo. Interessa fazermos unidade habitacional e atender a população, que sempre tem uma falta de unidade. Quanto mais fazemos, mais falta vai ter. Mas é uma questão de investimento isso aqui. Agora eu vou passar a palavra para o Secretário, que ela vai falar sobre a SEHAB. **Sra. Samira:** Eu estava perguntando dos números, porque quando discutimos o Pode Entrar na gestão passada se estabeleceu porcentagens, indicação de porcentagens que os recursos deveriam ser usados. Que 40%, que seria o

aquisição; 40% para os ligados a movimentos e entidades, e 20% para locação ou carta de crédito. Por isso que eu estava perguntando, porque hoje o que vemos é que ele não está muito compatível com o que foi a estrutura do programa. Porque hoje ele está com 10 mil, então para a entidade deveria estar em torno de 10 mil também. **Sr. Nilson:** Não chegaram ainda atender isso aí porque faltam os requisitos de aprovação de projetos. E outra, porque a possibilidade desse aproveitamento de chamamento está na ordem do número de 15 mil. Esse número não chegou ainda por diversos fatores. O terreno, o projeto não conseguiu, por estar contaminado, tem verde, tem um monte de coisa aí. Os outros também enfrentam isso, porque as outras unidades do aquisição também estão tendo essas barreiras de aprovação que são barreiras difíceis realmente. **Sra. Samira:** É, são barreiras difíceis, mas temos o dobro de unidades sendo feitas pela aquisição contra a 5.000 ligadas aos movimentos. Eu queria perguntar o que tinha os outros 20%, que não sei se vai ser apresentado, mas que seria em relação à locação e carta de crédito. **Sr. Nilson:** Locação, não tem um programa, não está desenvolvido algum projeto de locação agora. A carta de crédito foi o que passamos no capítulo passado, recentemente aqui, nós temos uma demanda ainda abaixo das cartas de crédito, que também tudo isso aqui que eu estou falando aqui é uma questão de investimento. Precisa ter os recursos para fazer isso. Se temos a tendência de fazer 100 mil unidades aqui, eu preciso ter recursos para 100 mil unidades. Eu não sei se o município tem capacidade disso. **Sra. Daniela:** Eu só queria lembrar, ou até tirar uma dúvida, porque no evento que teve no final de janeiro das cartas de crédito imobiliárias, o prefeito Ricardo Nunes esteve lá e anunciou que a Prefeitura de São Paulo, entrou com recursos para 17 mil cartas de crédito. Então, a dúvida, se esse recurso vem da Prefeitura realmente, ele entra aqui nessa...? **Sr. Nilson:** Esse é o problema, que tem uma parceria com o Governo do Estado, cada um paga uma parte. Isso está na onda do CDHU, mas há um investimento do município nisso e não tem um balanço, esse dinheiro que equivale a tantas unidades que poderiam atingir uma cota do programa. Isso não está definido em lugar nenhum, esse tipo de conta que você faz para chegar a esses números aqui. Existem realmente esses recursos que o Governo Municipal, a Prefeitura, investiu juntamente com o Governo do Estado para atender um programa que é uma parceria, inclusive, que sempre foi firme entre o Governo do Estado, desde a Casa da Minha Vida, que tem uma parceria. Existe aqui um sistema de monitoramento das demandas, feito pelo pessoal de DEPLAN, que faz o acompanhamento das metas que são estabelecidas para cobrir isso. Estou falando pontual olhando o Pode Entrar e o aquisição aqui. Esse acompanhamento aqui, o Secretário pode dar mais detalhes. **Sr. Sidney:** Bom, do ponto de vista que nós falamos percentuais, afetar percentuais, ele é bem dinâmico, ele não é estático. E aí, o que nós previmos nisso aqui? Foi soltado um edital de 20 mil unidades, 40 mil unidades. Desculpa, 40 mil unidades para a aquisição. Aí, esses 40 mil unidades, obviamente, ele está lá na fila lá de SMUL, de projeto, de passar pelo verde, meio ambiente e tal e tudo mais, então ele tem a sua fila própria. Com relação às entidades, foi feito um edital com 20 mil. O que nós pensamos, e que é nosso compromisso da gestão, é soltar mais um edital de 20 mil, porque não temos condição de monitorar essa velocidade com que a fila anda. Precisamos ter um espaço de tempo longo para você poder aferir esse percentual. É muito difícil, é dinâmico. Não consegue controlar isso par passu e falar, está aqui, vai ser 40%. Então, às vezes pode estar abaixo, às vezes acima. Então, como critério que nós utilizamos aqui foi fazer o seguinte, é 40 mil, vamos soltar 40 mil entidades. Então esse é o objetivo, que acho que vai ser colocado mais para frente aqui nos outros assuntos, que é o edital de mais 20 mil unidades para entidades. Com relação a recursos, o que eu posso dizer para vocês? Eu tenho alguns números aqui, que sempre foram divulgados e nós estamos obviamente monitorando. Nós temos acho que é a meta 12. Nós temos nossas metas, corremos atrás das metas também para bater. Isso é um programa que, quando falamos em deixar viabilizada 100 mil unidades, o prefeito sempre fala, vamos deixar viabilizada 100 mil unidades. De forma o quê? São aquelas que ou estão em processo de obras, já foram entregues obras, ou estão em fase de contratação, e estão viabilizados, com edital na rua. Então esse é o nosso compromisso. Então dentro desse nosso compromisso, o que eu posso afirmar para os senhores? Nós temos aqui do período de 21 até o final de 2023, nós temos 10.332 unidades habitacionais entregues. Em obras, nós temos 17.214. Isso eu estou falando, gente, do programa global. Então, envolve entidade, envolve aquisição, enfim, tudo o que nós temos aqui de produtos da SEHAB. Em termos de contratações, foi feito 33.105 contratações. Então foram feitas contratações. E está em processo de contratação mais 54 mil unidades. Esse é o que nós temos aqui na Secretaria. E se somar também as metas com relação à parceria, que são mais 22.500 unidades extras. Então se estamos considerando ali que 60% dessa demanda é faixa 1, então temos mais unidade habitacional também para a faixa 1, como foi colocado pela conselheira aí. E também tem que considerar essa questão da carta de crédito, dessa parceria com o Estado. Então tudo isso, eu acho que carecemos de um balanço geral depois. Informar também este Conselho para eles terem ciência de o que nós estamos fazendo. Mas só para vocês terem um critério em termos de equidade para fazer o negócio andar, independente de controlar o fluxo, a velocidade de andamento, por isso nós estamos colocando mais 20 mil unidades para as entidades. Esse é o compromisso da Secretaria de Habitação. **Sra. Renata:** Então, você está falando que a Prefeitura tem uma previsão de colocar mais 20 mil unidades no edital. **Sr. Sidney:** Do entidades, que vai ser colocado aqui no item 9, outros assuntos. **Sra. Renata:** Tem previsão de quando saem? **Sr. Sidney:** É isso que eu estou falando, vai entrar em outros assuntos aqui agora. **Sra. Renata:** Das unidades que você falou que estão previstas de contratação, não me atentei. Quantas mil unidades de cada setor?

Sr. Sidney: Eu não tenho aqui dividido se é entidade, se é aquisição, qual o programa, se é parceria, se é melhoria, eu não tenho. Eu tenho um número global. Aí, obviamente, esses números são sendo estratificados, é como eu falei. **Sra. Renata:** E eles serão em algum momento? Só para a gente poder entender de onde está vindo, quem está contratando. **Sr. Sidney:** Hoje, por exemplo, o Nilson veio aqui e trouxe as informações para nós com relação a aquisição e entidades. Então ele vai disponibilizar esse material para vocês. É isso, Nilson? **Sr. Nilson:** É isso, perfeito. Se não for hoje, amanhã você recebe o e-mail. **Sr. Sidney:** Então, o que acontece? Esses números aqui, dos resumos e dos empreendimentos, vamos trazer para formar aqui, os conselheiros terem a ciência sobre esse andamento dos números. Então o Nilson passa hoje, complementamos com mais material, vamos colocando nas outras pautas, vimos com mais informações detalhadas desses números que passei e vamos trocando ideia com vocês. **Sra. Renata:** Então, o que falta informar é o que está sendo contratado construção pelo PPP e FAR. É isso? **Sr. Nilson:** O FAR está aqui embutido, que ele faz parte do pacote das entidades. Nessa planilha que está aqui, se você olhar ali, se ele subiu um pouco, empresas, 600 unidades e depois os outros de cima aqui, aqui são dois empreendimentos com 960 unidades. **Sra. Renata:** Então o que faltam então só as PPPs, é isso? **Sr. Nilson:** Isso. **Sr. Sidney:** Ok, Renata. Então fica considerado dessa forma. O Maksuel pediu a palavra, vamos lá. **Sr. Maksuel:** Como proposta aí, Secretário, desde que foi colocado para todos, da produção de um relator, relatório, um encarte, utilizando a questão da meta 12, e já colocando todo esse relatório específico sobre o que foi produzido, sobre a responsabilidade da Secretaria, sobre o programa Pode Entrar, sobre PPP, sobre tudo que foi colocado aí. Até para usarmos isso aí como um instrumento mesmo, para sabermos quais são as regiões que estão sendo feitas essas intervenções, quem são que estão fazendo essas intervenções, porque aí acaba, zera essa situação aí dessas dúvidas, para que possamos também mostrar lá na comunidade, para quem nos apoiou aí no conselheiro, o que está sendo feito com a política habitacional no município de São Paulo. Então, peço que seja colocado como encaminhamento esse material. **Sr. Sidney:** Perfeito. Então, DEPLAN está aqui, se faz presente, faz um trabalho para nós com relação a meta 12, os 49 mil, e também acho que a imprensa nossa, a Rafa sempre me atualiza os números, depois senta com ela lá por gentileza e aí verificamos quais são as unidades e faz um material para apresentarmos aqui no Conselho. Mais alguém quer falar sobre o tema? **Sra. Daniela:** Na verdade é só uma dúvida, porque tem alguns números de habitação que são publicados ali no HabitaSampa, tipo atendimento de aluguel social. As metas, e o atendimento das metas ou o Pode Entrar, também vão para publicar lá no HabitaSampa, ou eles vão ficar publicados na página de transparência da COHAB, da SEHAB? É mais para entender a organização. Da onde consultamos os números oficiais. **Sr. Maksuel:** Basta constar no relatório, que acabei de propor. **Sra. Daniela:** Mas daí vai para HabitaSampa ou vai para SEHAB e COHAB? **Sr. Nilson:** Essas construções aqui não estão no HabitaSampa. **Sra. Daniela:** Não estão. Mas poderiam estar? **Sra. Kátia:** Elas não só podem, como devem. A proposta é dar transparência no processo e todas as famílias que serão atendidas por parte da SEHAB e constam no HabitaSampa, elas já constam. A lista de demanda fechada já existe, na realidade. Ela é dinâmica, ela vai modificando a cada dia que removemos e vamos inserindo família em auxílio aluguel, mas ela é parte do processo de SEHAB já como um todo. Já a demanda aberta, não. Então, é diferente o processo da demanda aberta com a demanda fechada. No nosso caso, a nossa demanda é prévia, e no caso da COHAB ela já existe também, mas é por meio de um sorteio, sorteio não, por meio de uma priorização de acordo com esse decreto que passei para vocês, de acordo com a priorização que foi estabelecida no decreto. Mas os empreendimentos serão vinculados, tem estudo de vinculação e andamento e essas famílias serão vinculadas a esses empreendimentos, no aquisição, no caso do aquisição e no Pode Entrar empresas, que são esses três condomínios aí. O Pode Entrar entidades não. Pode Entrar entidades é lista prévia encaminhada pela entidade, para inclusive que ela possa assinar o termo de colaboração. Ela tem que ser aceita por COHAB. **Sr. Sidney:** Bom, nesses termos, não tem ninguém mais para falar, prosseguimos aqui a pauta com relação ao item 5. Qual que é o objeto dela? A discussão sobre os atuais trâmites prestação de contas na modalidade de autogestão, bem como o fluxo de medições de liberação de recursos. Situações que tem condicionado prejuízos no ritmo de obra e, portanto, na gestão financeira dos empreendimentos. Com a solicitação dos conselheiros Renata Miron, Nunes Lopes, Samira Rodrigues e Maria Fátima dos Santos. Aqui para a apresentação, vou te convidar aqui o Murillo para concorrer à mesa, aí o Nilson e a Kátia. Muito obrigado. **Sr. Murillo:** Meu nome é Murillo Ferreira, sou Superintendente Financeiro da COHAB. O ponto de discussão é sobre os trâmites de prestação de contas na modalidade de autogestão e o fluxo de medições. Essa é uma demanda que recebemos da pauta do Conselho, começamos analisar. Enfim, a questão dos pagamentos pontuais. O que acabamos fazendo na COHAB, foi organizar um grupo de trabalho formal, envolvendo tanto a diretoria financeira, como diretoria técnica e diretoria social, para que passássemos olhar para o fluxo de pagamento e medição, ou para entender pontos de estrangulamento, pontos de melhoria, de sorte a trazer aí um melhoramento nesse relacionamento com essa pauta. De modo geral, trabalhamos quatro assuntos, quatro eixos, dividindo o fluxo de medição e pagamento em dois momentos. Olhando para o ciclo do produto, desde quando a medição entra, até o momento em que o pagamento ele é realizado, temos tanto o lado da COHAB, respeitar o processamento dessas atividades, mas também o lado das entidades. Do lado da COHAB, passamos então a fazer uma revisão de todos processos de pagamento, procurando responder

alguns pontos de atenção. É possível diminuir os cursos de processo? Olhando toda cadeia do fluxograma é possível destruir alguma caixinha, alguma tarefa, alguma atividade? A resposta foi não. A COHAB é uma empresa dependente. Então isso significa dizer que ela está sujeita a toda a implementação orçamentária que é a administração direta. Então ela passa por todo ciclo de reserva de pagamento, empenho, publicação de autorização de no Diário Oficial, liquidação de pagamento. Então existe uma tramitação relativamente alongada e burocrática da qual eu não posso suprimir em nenhuma etapa. A segunda pergunta que nós fizemos foi se era difícil diminuir o prazo de tramitação, se conseguiria acelerar esse prazo. Dada a intensidade que se tem no processo de pagamento, especialmente de recursos volumosos, como é o caso do programa, também entendemos que não conseguiria encurtá-lo, conseguiria diminuir os prazos, e olhando para os prazos em si, são prazos relativamente curtos, no que diz respeito à execução das tarefas propriamente ditas. Portanto, paramos para se perguntar se os prazos que estavam previstos nessas normativas, nesse processo, estão sendo cumpridos. Então passamos a auditar pagamentos e processos de medição e de prestação de contas para entender quanto tempo o processo estava parado em cada um dos pontos, para saber se de fato aquilo que estava estipulado na norma estava sendo cumprido. E chegamos à conclusão que sim. Grande parte dos pagamentos, grande parte da tramitação de modo geral, mas da tramitação interna da COHAB se dá às vezes em prazos muito menores daquilo que estão previstos. Então tem procedimentos que tem um prazo de 5 dias, e eles são realizados em 2 dias, 1 dia, enfim. Conseguimos verificar que algumas tramitações, reservas de pagamento, elas circularizam todas as áreas da COHAB no mesmo dia, ou seja, a coisa toda tem aquele prazo estipulado. Então, sob o seu ponto de vista de revisão e melhoramento do processo de pagamento, chegamos à conclusão que não seria possível. Passamos, portanto, ao segundo eixo, que seria uma viabilidade técnica para a automação do processo. Já que eu não consigo acelerar isso no formato que está, é possível eu automatizar isso, trazer algum tipo de tecnologia, algum tipo de ferramenta tecnológica que eu consiga automatizar e, portanto, diminuir isso. Hipoteticamente é possível, no entanto não existem ferramentas prontas no mercado para que eu possa acelerar o processo de contratação e aquisição. Portanto, teria que desenvolver uma ferramenta como essa. O desenvolvimento de um projeto como esse, ele não acontece em curto prazo. Precisaria tanto do médio, como longo prazo. Então não é viável tecnicamente, isso do ponto de vista de prazo de transação até desenvolver essa ferramenta, automatizar esses processos. Chegamos, portanto, a uma terceira frente de solução que já tinha sido aventada pela diretoria técnica, mas eu acho que até com a sugestão de vocês e de algumas entidades, que seria a questão de questionamento que consiste em, é possível eu aumentar o repasse financeiro das associações de modo que ela consiga trabalhar sempre com fluxo de caixa maior? Passamos a estressar a situação no bom sentido, tecnicamente, para entender se juridicamente seria possível duas situações. Primeiro, as entidades que já estão contratadas, que estão com obras em curso. Primeiro, eu vou falar da situação das entidades que não têm contrato firmado. A solução que nós construímos foi, eu faço o repasse de dois meses, equivalente a dois meses, e a entidade só vem prestar contas do primeiro mês no terceiro mês. Ou seja, no terceiro mês ela está prestando contas. No primeiro mês ela está trabalhando com dois meses de caixa. No quarto mês ela recebe uma outra de mais dois meses, e começa a prestar contas no segundo mês. Ou seja, daria uma folga de caixa de fluxo que permitiria que ela sofresse menos pressão por conta de caixa. Essa rotina seguiria até o final do curso do programa de execução de obra, no entanto, nos últimos três meses de execução de obra, ela retornaria a repasses mensais, porque na medida em que existe a hipótese de nós termos desencontros entre prestação de contas, repasses financeiros e execução, eu preciso ter ali uma janela de correção da execução do contrato. Então, esses três meses eu volto a uma sistemática de prestação de contas e aporte financeiro mensal, por eventuais glosas ou desencaixes entre desembolso e execução de obras eu consiga corrigir no final desse contrato. Do ponto de vista jurídico, concluiu que sim, é possível fazer isso. Tanto para as entidades que ainda não firmaram o contrato, mas também transformar isso numa regra de que eu consiga aportar um mês a mais de repasse para os contratos que estão em vigor. Ou seja, eu atenderia a quem está em curso e as entidades entrantes. Bom, eu tenho três eixos para tratar dessa solução. Do ponto de vista jurídico, ela é viável, o nosso presidente João Cury disse que pode seguir com a medida, que siga com as tratativas que diz respeito aos próximos dois pontos respectivos, que seria o orçamentário fiscal e o orçamentário financeiro. Não poderíamos vir aqui e dizer para você - Olha, conseguimos uma aprovação jurídica, e a partir do mensal tal vamos fazer o repasse nesse formato, sem que tenhamos o aval e o ok dos Fundos que estão deixando recurso para o programa. Então hoje estamos fazendo o levantamento de qual que é o impacto financeiro do orçamento para antecipar essa cota. Algumas associações, por iniciativa própria, já fizeram pedido de antecipação de parcelas. Outras associações, outras entidades, não fizeram. Então, estamos fazendo um levantamento preciso de quem já pediu essa antecipação de cotas, ou já tem esse valor dessas associações. Das associações que não fizeram o pedido de antecipação de cotas, estou fazendo uma estimativa pelo cronograma de obra. Eu vou chegar no somatório e entender quanto de recurso eu tenho que pedir autorização para antecipar essa cota e dizer para vocês se juridicamente deu certo, orçamentado fiscal deu certo, temos aprovação, e aí vamos entender como é que vamos formalizar isso, que isso fique totalmente documentado, registrado. Bem, esses foram os três eixos que passamos analisar sob o ponto de vista técnico, olhamos todo o ciclo do produto entre medição, prestação de contas e pagamento que está, por assim dizer, do lado de cada um do balcão

dentro da COHAB. Existe uma parte que é totalmente dentro desse fluxo de produto, desse ciclo de produto de pagamento, que diz respeito exclusivamente às entidades. E aí, de todas as vezes que nós recebemos entidades, tanto individuais como também de reuniões coletivas, chamamos atenção para a questão da qualidade da prestação de contas e também das medições de obras. Porque, olhando criticamente para tudo isso que acontece, especialmente, por exemplo, mas também do ciclo como um todo, a gente já vem identificando que parte dos atrasos é decorrente em razão tanto do não cumprimento dos percentuais de execução de obras, segundo a diretoria técnica do Nilson, que podei falar um pouco mais sobre isso, não vamos entrar de caso a caso, não vamos tratar especificamente de uma ou outra associação, mas estamos falando isso de modo geral, mas também para qualidade da prestação de conta. Isso significa dizer que as entidades, especialmente as assessorias técnicas, precisam ter um compromisso de saber que não basta juntar a prestação de contas dentro do prazo, sem que a prestação de contas tenha a qualidade de ser validada e aprovada. Isso significa dizer que juntar documento que não está legível, juntar documento que não tem condições fiscais, formais e materiais de ser aprovado, não impõe a obrigação da COHAB de seguir aquele rito e pagar. Isso significa dizer que, seguindo o tramite da lei federal que regulamenta todos os programas, especialmente esse de recursos públicos para empreendimentos como esses, eu preciso devolver a prestação de contas para que ela seja corrigida sob o ponto de vista formal e material. Então, as entidades não só precisam, as assessorias técnicas principalmente, elas não só precisam entender a dinâmica da prestação de contas, ou seja, já teve tempo hábil para entender isso, a COHAB sempre esteve à disposição para fazer essa assessoria técnica, mas precisa entender a dinâmica que quando uma prestação de contas, ela retorna com algum apontamento para ser corrigido ou complementado, esse prazo é zerado. Eu não tenho como suspender o prazo e continuar entendendo que o pagamento vai acontecer como se a prestação de contas estivesse regularizada, porque ela precisa zerar o prazo e o processo volta a contar do caso zero. Toda vez que tratamos desse assunto, tanto em reuniões particulares, como em reuniões coletivas com entidades, recebemos muita crítica de algumas pessoas, como se isso não acontecesse. E aí tomamos a iniciativa de trazer para vocês alguns exemplos. E repito, não são todas as entidades. Nós temos entidades de autogestão que não tem nenhum problema de repasse, que nunca reclamou que não teve nenhum pagamento atrasado. E temos entidades que costumemente tem uma questão de qualidade da prestação de contas. Então, estou trazendo isso para vocês, como compromisso e responsabilidade da diretoria financeira da COHAB para buscar uma solução, não é para ficar apontando erro, mas que nós temos uma parcela muito grande de responsabilidade das entidades nessa questão do atraso do pagamento. Ou seja, se a documentação e a informação não chegar com qualidade suficiente para que ela seja analisada e aprovada, ela vai ser devolvida e o prazo de pagamento ou de prestação de contas vai retornar a zero. Fizemos a seleção de alguns documentos, dentre as centenas que nós temos na plataforma de prestação de contas. Vou pedir para quem está nos assessorando descer uma página. Isso é uma nota fiscal que recebemos para pagar de algumas entidades. Isso é o modelo. Pode descer para a próxima. Essa é outra. Pode descer. Essa é outra. Agora eu vou pedir para descer, e quando estiver branco para vocês entenderem o que recebemos para pagar. E aí, só pedir uma pausa, a pessoa que cuida disso, sem brincadeira, não é uma piada, ela tem uma lupa desse tamanho, estou falando sério, ela fica indo e voltando, indo e voltando para saber, para tentar deduzir a informação que está ali. E aí, pessoal, assim, com o dinheiro nosso temos que ser crítico, com o dinheiro dos outros mais ainda, com o dinheiro público então, nem se fala. Então, o problema não está só do lado de cá do balcão. Pode passar, por favor. Esses são exemplos, são várias notas. Essa tivemos um cuidado, ocultamos os dados. Sobre esse boleto, por favor. Não consigo entender o valor. E aí eu fico presumindo. Eu fico é seis, é oito, é cinco, eu fico tentando. Então, a própria prestação de contas que, por vezes, poderia ter uma velocidade maior, ela não tem, porque ela fica estagnada. E aí, por vezes, você pede para a entidade complementar a informação do documento e vem um documento igual ou pior. Pode passar. E esse, por exemplo, é um típico caso de locação de bens na descrição da nota fiscal com fornecimento de bens. Pode passar. A nota fiscal cortada ali na beirada, você não consegue entender o começo da informação, pode passar. O final da nota fiscal que você não tem, onde é que ela começou, quem que recebeu, recebimentos sem assinatura, recibos sem assinatura, enfim, os exemplos são muitos, eu vou pedir para subir até o começo, porque eu entendo que são informações sensíveis e não demos compartilhá-las sem ter que cuidado. Mas o que queria trazer para vocês, portanto, é que estamos se esforçando para achar uma solução. Tentamos aplicar a metodologia de processos no sentido de melhorar a dinâmica. A solução mais rápida, mais imediata, seria o repasse. Já demos um aval do jurídico da Presidência para que possamos avançar. Vamos dar um retorno para vocês o quanto antes. Nós temos uma reunião marcada no dia 30 de abril. Mas também deixar aqui para vocês, membros do Conselho, o pedido de conscientização dos seus colegas, de conscientização não para a COHAB, mas sim para o programa, o destinatário final, que são as famílias que vão ser atendidas, que parte da responsabilidade pelo sucesso ou não sucesso, ou rapidez ou não rapidez do pagamento também é das associações, principalmente das assessorias técnicas que precisa se empenhar um pouco mais para trazer qualidade nessa prestação de contas. Repito que a COHAB já sempre esteve e continuará à disposição para orientações e assessorias técnicas no que diz respeito à prestação de contas. É só marcar, de segunda a sexta. Acho que da minha parte é isso. **Sra. Renata:** Primeiro, agradecer a apresentação, porque de fato é um assunto que interessa a todos. E todo mundo aqui está a favor que o programa

Pode Entrar seja um sucesso. Que de fato entregue as unidades, produza bastante unidades, que as associações consigam finalizar suas obras sem déficit, dentro dos prazos e tudo mais. Então trabalhamos para que isso aconteça. E essa discussão, ela não há não é uma reivindicação ou não movimentos sociais, mas eu entendo que é uma forma de aprimorar o programa. Então, quando você traz um caminho, que eu entendo que é isso que você está trazendo, é um caminho de como podemos fazer com que os fluxos de caixa das obras, dentro das regras do programa, dentro das questões legais, elas possam mudar, elas possam ser mais compatíveis com a necessidade do andar das obras, eu acho que isso é um avanço muito grande, porque é um aprimoramento nas regras do programa, uma coisa que dizíamos lá atrás que ia dar problema. Isso aqui não é uma surpresa para ninguém, nem para os movimentos sociais, não é uma surpresa que iam ter um problema com repasse de dinheiro, de recursos. Então reconhecemos que existe um problema e começamos a trazer soluções para esse problema, eu acho que é um avanço enorme e acho que o caminho de fato é esse. Com relação à questão dos atrasos, eu entendo que existe, porque provavelmente não temos conhecimento de todas as entidades que fazem apresentação de contas e para a qualidade dessas instituições, a gente não consegue, não temos essa dimensão. Quem tem, de fato, é vocês. Mas entendemos que deve haver algum problema de prestação de contas, como também entendemos que existiu neste começo de ano um problema de prazo de liberação de recursos com prestações aprovadas. Existem as duas situações, uma infelizmente não exclui a outra. Então, assim, eu entendo que estamos tentando chegar a um ajuste. Com relação a essa questão específica de uma má prestação de contas, uma prestação de contas que não contribui, não corrobora com a rapidez do trabalho que vocês precisam executar. E entendendo que o sucesso do programa, no interesse de todos, é do governo e é dos movimentos também, de quem está envolvido, eu entendo que, de repente, seria o caso do próprio poder público, da SEHAB no caso, enfim, de repente trazer um curso, alguma sensibilização, e não é a assessoria técnica que faz a prestação de contas, que fique claro, são contadores, então precisamos entender onde está esse problema, eu imagino que esses problemas de visualização de documentos são menores. Elas devem ter problemas ainda mais graves, de coisas, às vezes, que uma coisa não bate com a outra. Então, entendendo que precisamos progredir e evoluir, aprimorar e afinar este andamento, é importante que de repente façamos um encontro com esses profissionais que estão fazendo essas prestações de contas. Eles tirem suas dúvidas, vocês falem o que é o ideal, como fazer. Porque eu queria lembrar que é assim, só quem presta contas com esse detalhamento são as entidades. As construtoras, elas só bastam mandar uma nota fiscal. A cegestão é assim, por exemplo. Então a chance de ter erro num empreendimento de cegestão ou de construtora é nenhuma, porque é uma nota fiscal. Um movimento social que precisa prestar conta, ele tem que prestar conta do prego, ele tem que prestar conta do cimento, ele tem que prestar conta de tudo. E sabemos, quem está em obra do dia a dia, que às vezes a nota fiscal vem amassada no meio do bloco de cimento. Então temos uma dificuldade de qualidade também, sabemos disso. Então, eu acho que nesse sentido de tentar sensibilizar, de que a gente aprimore, que isso não seja um problema, porque me parece um problema muito simples, perante todas as questões que precisamos avançar e superar, de repente podíamos juntar esse grupo de identidades. Não tem noção de quantas são. **Sra. Fátima:** São cinco. **Sra. Renata:** São só cinco? **Sra. Fátima:** Sim. **Sra. Renata:** Poxa, gente. Vamos juntar essas cinco entidades, e fazer uma conversa de assim - Olha, gente, isso aqui não dá, isso aqui não sei o quê. Eu sei que parece, talvez, meio óbvio, mas eu acho que diminuiria muito dos nossos problemas. Quem faz a prestação de contas, repito, é uma assessoria contábil. Não é uma assessoria técnica de obra. Então, precisamos entender onde estão de fato esses gargalos e me parece uma situação simples de ser solucionada. E aí com relação às associações, são só cinco também, algumas que não tem problema de prestação de contas, que tiveram suas prestações de contas aprovadas, mas tiveram repasses de dois meses esperando, enfim, precisamos entender como que vamos encaminhar, tanto por exemplo, esse pedido de liberação antecipada, reorganização de cronograma, porque ter medições atrasadas, atrasa a obra, isso é de praxe. E aí vai nos levar, acho que a Fátima falou um pouquinho sobre isso, ter uma outra discussão, que eu acho que cabe neste Conselho, que não é uma discussão de responsabilidade do Murillo, nem do Nilson, é uma responsabilidade do Conselho de dizer em casos que houveram atraso de liberação financeira, que não é de responsabilidade das entidades, a prestação de conta estava aprovada. Isso demorou 40 dias, 60 dias para fazer uma liberação financeira. E a ausência de liberação financeira causou para a obra juros, causou para a obra um protesto num cartório, causou para a obra uma multa. Esses valores estão tendo que ser reembolsados pelas próprias associações e não pelo motivador desse atraso. Então isso também é uma discussão. Eu não acho que vamos conseguir resolver aqui, nem tem essa pretensão. É porque ela precisa começar a aparecer no Conselho para que comecemos a construir um caminho para esses casos específicos, porque também existem. Então temos quem atrasou porque errou a prestação de contas, responsabilidade da entidade, ela tenta assumir, ok. Quem atrasou porque a prestação de contas estava aprovada, mas demorou na liberação financeira, é responsabilidade da Prefeitura. Quem assume? Hoje quem assume o erro ainda são os movimentos sociais. Então, eu acho que temos que começar a caminhar nessa discussão, como construir caminhos para ir respondendo essas questões para que o programa seja exitoso, para que façamos com que o programa fique cada vez mais afinado com a realidade das associações, das obras e da capacidade de gerência da Prefeitura. Acho que é isso. **Sra. Fátima:** Bom, você tomou bastante cuidado para não aparecer o nome da entidade,

mas infelizmente apareceu. Apareceu com uma nota da Sudeste, foi a primeira nota. Eu lembro muito bem que o nosso contador teve que vir aqui escanear essa nota, porque ele não conseguia escanear. Então, tem coisas que às vezes não é nem questão da contabilidade. Mas, nessa situação toda, nós estamos falando de uma situação que foi no começo. No começo, nós estamos com um ano e pouco de obra. A situação foi do começo. Desde o começo do programa, da lei, do projeto, que vínhamos batendo nessa situação que se colocou agora. De prestarmos conta, receber duas parcelas, prestar conta e fazer isso. E nenhum momento foi resolvido, nós debatemos, o Nilson acompanhou toda a discussão, nós fizemos toda a discussão, e acho que várias assessorias também estiveram presente nessa hora, que nós colocaríamos isso. Se nós estivéssemos nessa situação que você está colocando agora, daria um folego, hoje estaríamos inaugurando obra. A nossa obra está com 70%. Nós poderíamos ter inaugurado a nossa obra em março. Como que nós vamos construir e fazer o cronograma e prestar conta de obra, fiz a conta, de janeiro e fevereiro são 45 dias, que estava naquele problema de recurso e tudo mais. Como que vamos medir obra estamos com 45 dias atrasado e não tem dinheiro para construir? E mais, que hoje nós temos um problema, que é ter o nome da associação que nunca teve em cartório, pagando títulos em cartório. Cada meia hora eu recebo um fornecedor me cobrando. O que nós recebemos dia 16 de abril, que foi o mês de fevereiro, não conseguiu pagar os nossos fornecedores. Não conseguimos pagar todos os nossos fornecedores. Como que compramos o material? Então, isso é um absurdo. E aí pedimos reformulação do cronograma de obra para aumentar em janeiro. Nós fomos em abril, quatro meses, e não tivemos nenhum retorno sobre isso. Ah, está no jurídico. Eu não só mandei e-mail para o jurídico, como também abrimos um processo pedindo que o jurídico respondesse, e nós não tivemos nenhuma resposta até hoje. Então, assim, é um programa que temos orgulho de falar que participamos da Lei Pode Entrar. Na 17.638/21. E hoje nós poderíamos estar bem avançado, nós vimos aqui no jeito que está. Pelo que o Miguel também saiu, porque o Miguel é cegostão, ele está com duas notas. Ele falou que estava com duas parcelas também atrasadas. Você imagina nós, que prestamos conta, nota a nota, como a Renata falou, prego a prego. Porque nada para nós vem fácil. É sempre muito doído, muito sofrido. Portanto, a nota aparece ali tudo, mas aparece... O problema da nota que apareceu ali, que não foi aquela que não aparecia nada, era um fiozinho. Na nota, aparecia tudo e aparecia um risquinho, e não parecia na nota. Isso foi no início. Nós tivemos que trazer aqui na COHAB Para escanear a nota. Porque depende da impressora, não é aquela que é nota tirada da prefeitura. Ela não lê. Ela é um tamanho reduzido. Tivemos que falar com o fornecedor para mudar o estilo da nota, para diferenciar a nota. Então tem várias coisas que para nós é muito difícil. Mas também tem que ter o conceito. Agora, se isso tivesse acontecido desde o início, tivesse esse entendimento de liberar e prestarmos conta dois meses, liberando, fazendo obra, talvez hoje nós tivéssemos com esse cinco projetos praticamente prontos, entregues. Nós não temos 50%, de 20 mil que o Secretário colocou, ele se colocou que era para contratarmos, nós não temos 50%. Vai sair o outro edital? Nós queremos que saia mediato outro edital. Mas nós não conseguimos fazer por entidade 50% contratado. Isso nos deixa muito triste, que poderia ter muito mais agora de projeto contratado, projeto entregue. E estamos aqui debatendo, mas sim fazendo festa. Então queremos inaugurar projeto, nós queremos participar da inauguração do projeto, mas o jeito que ele está andando, não tem condições. Não construímos nem esses que estão aí. E pelo jeito o que vamos entregar em março, virou já agora julho, setembro. Não sei se entregamos do jeito que está andando. Então é isso. Obrigada. **Sr. Maksuel:** Só para dar um encaminhamento, parabéns pela apresentação. Na reunião que nós tivemos a oportunidade, a Fátima, a Samira, o pessoal teve a oportunidade de apresentar, todos conselheiros estavam preocupados com essa situação. Como foi falado, era inadmissível termos um programa, ter construído um programa como o Pode Entrar dentro de uma licitação lá atrás que foi feita e não foi executada. Irmos para a Câmara Municipal, fazer a aprovação dos recursos, discutir no Conselho, fazer programa e depois na hora do repasse acontecer isso. Foi muito sabido da sua parte fazer os estudos necessários para que encontrasse a solução. E está sendo dada a solução. Parabéns, espero que isso aconteça. Como você me informou na sua fala, vamos achar os meios para que isso tenha legalidade. A legalidade é o Conselho Municipal de Habitação. A legalidade vai ser dada pelos conselheiros, porque entendemos a necessidade para isso acontecer. Espero que isso, que você possa falar qual prazo que temos para que nós possamos aqui como conselheiros já votar isso aí para não voltar acontecer o que a companhia. Para termos a garantia desses dois meses de repasse o mais rápido possível. E algo que não foi construído lá atrás e está sendo construído agora, ela consiga entregar essas unidades, não em março, que já passou, mas nos próximos meses aí, para como ela mesma disse, a próxima reunião ela vai fazer um churrasco aqui na Prefeitura. **Sr. Sidney:** Pessoal, discorrido sobre o item 5. Você tem a palavra, Murillo, para finalizar aí, por gentileza? **Sr. Murillo:** De modo geral, Maksuel, Fátima e Renata. Penso que é importante olharmos daqui para frente, para procurarmos uma solução e colocar energia para trazer uma solução. Repito, não vale a pena ficarmos olhando caso a caso, porque recebemos 45 arquivos exemplares de prestação de qualidade. Vamos olhar para solução. Vamos correr bastante nessa questão de levantar, as etapas são, preciso levantar o valor estimado de qual tipo de recurso eu vou usar para antecipar e entender quais são as alterações dentro dos Fundos, da origem dos custos, Secretaria da Fazenda, antecipação de cotas, que eu digo para vocês, eu consigo viabilizar. Tem jurídico, tem orçamento, tem financeiro, vai acontecer dessa forma. A gente está correndo por isso. E como eu tenho dito sempre, primeiro, todos os projetos que são contratados não tem problema de orçamento. Isso não

existe. O atraso do pagamento que ocorreu, que eu já vou tratar disso, ele se trata de uma questão de operacionalização entre bancos. Nós tivemos, antes de sentar com todos vocês, uma reunião na Secretaria da Fazenda, e o Secretário da Fazenda dizendo existe recurso para fazer tudo que está contratado, até para uma questão de responsabilidade fiscal. A questão foi um detalhe de operacionalização. Isso, claro, para que não confundamos a informação dos que tem problema de orçamento, de recurso, porque isso não é verdade. Então, isso dado, vamos passar a olhar para soluções o mais rápido possível. No que diz respeito a essa questão de atraso pontual, vou tratar isso aqui bem sucintamente, no sentido que você disse que precisamos começar a discutir a construção de caminhos. Na minha visão, apesar de não ser do jurídico. Eu penso que a solução não passa por um tipo de aprovação genérica para que quando o atraso ocorrer pela responsabilidade da COHAB haja uma anistia ou não haja a glosa. Isso contraria 3.019. E para seguir a 3.019, você, não é que contraria, você pode até aprovar esse formato de não glosar, mas você obrigatoriamente vai ter que parar o processo fazendo uma auditoria entro aquilo que foi feito. Pela 3.019 só acontece em dois momentos, quando um processo, ele passa o exercício financeiro, você tem que fazer uma prestação de contas parcial daquele exercício financeiro. Ou, quando ele inicia e se encerra no mesmo exercício, você faz uma prestação de contas final ao término do contrato. São essas duas hipóteses na 3.019, que você faz uma auditoria, se necessário, para apurar se a glosa aconteceu por conta da COHAB, a responsabilidade ou responsabilidade das entidades. Porque eu penso que se isso fosse aprovado, seria um trauma para os projetos como um todo, porque poderia parar o projeto para começar a fazer a auditoria e procurar entender o culpado disso, o culpado daquilo para solucionar essa questão. Penso que vocês podem começar a discutir uma solução pontual, que esse fato, esse atraso se deu por tantos dias, que aí vocês tratem de uma solução pontualmente. Que isso não provoca uma auditoria em contrato que seguiu nessa situação. Do que se respeita ao item da pauta, encerro por aqui, estou à disposição para perguntas e considerações. **Sra. Renata:** Ele já encaminhou questões importantes, na verdade, na fala dele. O Murillo na própria fala, ele faz encaminhamentos. Ele está falando assim, vamos ter uma reunião no dia 30, para tratar e olhar mais a fundo de tudo o que você falou agora, na verdade. Então, acho que numa próxima reunião do Conselho poderia trazer qual foi a resolução, qual vai ser o caminho sugerido para que a gente evolua nessa discussão referente às liberações financeiras, os tempos dela. E acho que podíamos trazer também essa questão dos atrasos, se for o caso, mas no sentido, eu entendo o que ele está falando e eu acho que o caminho é esse mesmo, uma questão mais caso a caso, porque são só cinco associações nesse momento, essas cinco entidades, em situações diferentes, com situações divergentes, não divergentes, mas diversas, que talvez valesse a pena analisar uma por uma, em vez de tentar criar... Até porque, eu entendo, que se essa questão da liberação antecipada, que você está propondo, duas liberações e a prestação de contas, assim fica com uma atrasada, isso resolveria grande parte de todos os problemas. Não teríamos mais esse problema, eu acho que é verdade. E, não teria mais. Então, eu só queria deixar, se pudéssemos encaminhar para a próxima reunião do CMH, daqui a três meses, qual foi o encaminhamento dado para essa questão das liberações, o que foi decidido. E como poderíamos discutir, se for o caso, naquele momento, a questão das glosas num âmbito bem pontual. **Sr. Sidney:** Jurídico está de acordo? **Sr. Murillo:** Sim, de acordo. Ok, então fica consignado isso dessa forma. Bom, então vamos avançar aqui, pessoal. Murilo, muito obrigado aí pelo esclarecimento. Vamos avançar aqui no item 6 da pauta, que trata da apresentação do Programa Pode Entrar Melhorias. Também foi uma solicitação dos conselheiros: Renata, o Nunes e a Maria de Fátima. Está com a palavra aí o Ricardo Leal, por favor, venha compor a mesa aqui. **Sr. Ricardo:** Boa tarde a todos. Na verdade, nós não vamos fazer nenhuma grande exposição, vou ser o mais breve possível. Na verdade, nós estamos aqui fazendo uma prestação de contas. Meu nome é Ricardo Leal, eu sou diretor de Programa Habitacionais da COHAB, sob a nossa diretoria está a PPP, o Programa da Parceria Público-Privada, que foi mencionado aqui várias vezes, e também esse programa novo que é o Programa de Melhorias Habitacionais. O que aconteceu? Esse programa foi idealizado pelo prefeito, pela SEHAB, através do Secretário Sidney, o Presidente da COHAB, João Cury, que estava aqui presente. E foi um programa que tem o objetivo, nós vamos ver aqui, eu só estou dando uma introdução, de focar em salubridade e dignidade de habitações que não estejam em condições perfeitas de serem habitadas. É um programa que está previsto a aplicação de 30 mil reais no máximo por cada unidade, e para iniciar o programa foram feitas duas casas piloto. E nós, na época, no final do ano, tivemos à frente da Executiva do Conselho Municipal de Habitação, fomos atendidos na liberação dos recursos para essas duas unidades, desde que houvesse compromisso da nossa parte de prestar conta do que foi feito com esse dinheiro. E eu estou aqui para tentar cumprir esse compromisso, que é apresentar aos senhores e senhoras o que foi feito de uma forma muito rápida, e o que pretendemos fazer quando tivermos mais recursos suficientes para em no mínimo 5.000 habitacionais, divididas de forma mais uniforme possível nas várias regiões do município de São Paulo, através de critérios técnicos que estão especificados no normativo do programa. Então, eu só queria dar essa introdução para explicar porque eu estou aqui tomando o tempo de vocês a esta hora. Então, vamos falar das diretrizes do programa, o que foi a obra-piloto e sobre os recursos. Como eu falei há pouco tempo, o objeto é reforma e qualificação de imóveis habitacionais particulares, de modo a conferir esse padrão mínimo de adequação, no limite de 30 mil reais por unidade. O público-alvo é o mesmo público do Pode Entrar, na faixa de 1 a 3 salários-mínimos, preferencialmente, pode chegar de 3 a 6. Como disse, segue a lei de previsão do Pode

Entrar. Esse programa foi criado baseado em quê? Primeiro, na Lei do Pode Entrar, que é essa 17.638, no Decreto Municipal específico para criar o programa, que é esse 62873. Depois de criado o programa através do decreto, ele precisou ser regulamentado, o mais detalhado e foi feito o RIP, que é o regulamento interno do programa. Isso tudo foi divulgado e publicizado através do Diário Oficial e todas as fontes necessárias. E depois nós fizemos o edital chamamento público para credenciamento dos prestadores de serviço. Aqui vale a pena mencionar que vocês vão ver, essa parte do chamamento dos credenciados, a transparência desse programa. Não foi feita uma licitação para ganhar A, B ou C. Nós chamamos, a intenção da Prefeitura é que o maior número de empresas locais participasse desse empreendimento. Foi feito, então, nós credenciamos empresas, hoje nós temos 40 empresas, cerca de 40 empresas credenciadas e fizemos um sorteio oficial da sede da COHAB, filmado, transmitido, e nós identificamos uma sequência de 1 a 40 dessas empresas, todas vão trabalhar. Todas vão fazer, será um sistema de rodízio, ela faz 100 unidades, ela é a primeira da fila, ela volta para última e todas as empresas vão trabalhar. Então, as principais intervenções, principais, mas não únicas. Seria a parte de rede de água potável, de impermeabilização, muita atenção com banheiro e cozinha na questão de salubridade. A questão de ventilação, que é uma questão de saúde, a parte de abertura, para uma questão de segurança e revisão das instalações elétricas e hidráulicas, e por fim, a parte de pintura. É importante notar que a nossa intenção em cada moradia dessa não é sanar todos os problemas, é investir 30 mil reais no máximo para que eles tenham a condição mínima de habitabilidade. Não vai ser uma reforma completa. Aí está a localização, onde está marcado de vermelho, as duas unidades escolhidas para o plano do piloto, são duas unidades conjugadas que foram feitas aí no Jardim Ubirajara. Então, partindo, iniciando a prestação de conta informal do que foi feito, isso tudo está contabilizado, nós temos notas, mas na primeira unidade, talvez esteja meio ruim de ler, mas a cada um foi feita impermeabilização, instalação de portas. Na 2, eu não vou ler aqui para não delongar mais a nossa reunião. Mas em cada unidade, nós gastamos na faixa de R\$ 29 mil, respeitando os R\$ 30 mil, e gastamos o total de R\$ 59.940,16, valores que foram viabilizados através do Fundo Municipal de Habitação, autorizado pelo Conselho Municipal de Habitação. E quero aqui expressar a minha mais profunda, grande, forte gratidão por vocês terem permitido que um programa dessa qualidade, desse alcance social fosse iniciado. Obrigado, mais uma vez, vamos continuar. E aqui é um exemplo do que era uma unidade habitacional antes e depois. Se troca a esquadria, se faz uma pintura, se coloca um azulejo aqui, se faz uma impermeabilização, se mexe no telhado. E tem a obra oculta, mas que é importante também, que é a parte de instalações. Esse banheiro é clássico de como era e como passou a ficar. O telhado, que é um problema de impermeabilização, de infiltração, o que era antes e o que ficou agora. Vamos continuar, por favor? Mais um exemplo de outro banheiro. Parece incrível a transformação que foi feita nessas duas casas com 30 mil reais. Do lado direito também, é a segunda opção, ou é a segunda casa, vamos continuar. Então, nós estamos com a previsão, isso aqui é um quadro ilustrativo, mas é o que nós temos como previsão. O programa todo, inicialmente, aumentou em cinco mil unidades, nós viabilizamos já através do FUNDURB R\$124.320.000, isso seria necessário para a gente construir 3.700 unidades. Nós estamos nesse trabalho inicial de ir definindo as áreas que vamos atuar. A ideia básica é que se criem polígonais ao longo da cidade, ao longo do município, e cada poligonal dessa tem uma faixa de 100 unidades. Ou seja, a ideia é fazer uma transformação social do bairro, dentro de um bairro, porque 100 famílias aqui para São Paulo não é um bairro. Se fosse no meu estado, eu sou da Paraíba. Então, tem as pessoas que participaram desse programa. Resumindo, essa é uma prestação de contas muito rápida, mas nós nos sentimos na responsabilidade de estar aqui perante ao Conselho Municipal de Habitação e temos total consciência que se não fossem as senhoras e senhores, nós não estaríamos com essa obra. Só para encerrar, eu queria dizer que o Prefeito, o Secretário Sidney, o Presidente tiveram a oportunidade de fazer a entrega dessas duas unidades. Quem teve a oportunidade de ver no site do prefeito e em outros sites, foi realmente emocionante o reconhecimento das famílias e o reconhecimento do trabalho que foi feito que com 30 mil reais elas ficaram muito felizes, muito satisfeitas, tinha uma das famílias que a filha tinha problema que diariamente tinha que ir ao hospital porque tinha problema de umidade de mofo na residência dela, isso ficou resolvido, solucionado, ficaram realmente agradecidos. Então, eu acredito, porque eu não gosto do superlativo, mais ou menos, o mínimo ou o máximo, mas sem dúvida este programa é um dos maiores programas em termos de alcance social que nós temos na SEHAB/COHAB. Até porque ele faz e ele atende uma necessidade intrínseca de muitas pessoas. A família mora ali há 30 anos, muita gente tem aquele amor, aquele apego a sua residência. Muitas assentaram tijolo para que aquela moradia se erguesse. Existe toda aquela emoção, que esse programa permite preservar, além de dar qualidade. Então, eu queria dizer, em nome da minha equipe e está aqui o superintendente Enzo, e a gerente Andréa, que trabalha profundamente com esse programa. Mais uma vez, pela terceira, e antes de agradecer quatro, cinco, ainda vai ser pouco, agradecer a todos vocês. E se tiver alguma dúvida, estou à sua disposição. Muito obrigado. **Sra. Samira:** Obrigada pela apresentação, Ricardo. Primeiro dizer que acho esse projeto essencial, acho muito importante que tenha acontecido. Tenho só dois pontos para colocar. Um, primeiro, é uma dívida de como que ficou o programa, a questão tanto da responsabilidade técnica de quem atua no projeto, quanto da remuneração da pessoa que trabalha dentro desses 30 mil reais, que seria para cada unidade. Um outro ponto é até um questionamento/sugestão para se repensar dentro do programa. Mas uma questão que foi muito colocada é que

existem várias assessorias técnicas que trabalham em unidades habitacionais. E teve o questionamento que o edital só possibilitasse em empresas que já tinham um capital maior por conta do giro que precisa, se não me engano, se eu estiver errada eu consigo corrigir, mas seriam 20 obras mensais, então você teria que ter um capital de giro desses 600 mil reais por execução. E para empresas do porte de quem faz melhorias habitacionais, é um capital de giro muito grande. Então, assim, se pensasse, não teria como remodelar, por exemplo, isso no programa para possibilitar que outras empresas que atuam na área pudessem conseguir também entrar, se cadastrar para o programa. É isso. **Sr. Ricardo:** Vou tentar lembrar de todas as perguntas. Falou primeiro na responsabilidade técnica. Para toda essa obra, eu não tive a oportunidade de falar aqui porque eu me ative muito realmente a prestação de conta e não a operacionalização do programa. Esse programa, ele dá o reconhecimento nacional. O governo de Goiás esteve aqui, o governo do Mato Grosso esteve aqui. Todos estão querendo. Porque esse programa nós conseguimos montar, porque se faz prioridade nacional, se faz em todos os estados e todos os municípios, a maioria. E não tem nenhum segredo aparente. Só que nós elegemos uma plataforma digital que você acompanha do início ao fim, tudo o que está acontecendo na obra. Então, essa obra, antes de começar, ela tem duas revistas básicas. Tem uma dupla, que a gente chama, que é um assistente social e um engenheiro que vai na obra e conversa com o mutuário e pergunta se ele quer aderir ao programa. Não vamos forçar ninguém a querer. Porque tem que se entender que essas pessoas vão passar por um constrangimento, entre aspas, de 20 a 25 dias e ter pessoas estranhas trabalhando dentro da casa dele, arrastando móvel para lá e para cá, porque não tem para onde ir. Então essa primeira dupla faz esse trabalho social e consegue essa adesão. Isso já sobe para a plataforma digital. Depois você vem com a segunda dupla, que chamamos mais técnica, que é uma social, é o engenheiro nosso, não obrigatório um engenheiro, um arquiteto, e já o engenheiro ou arquiteto da prestadora de serviços. E eles são responsáveis tecnicamente por isso. **Sra. Samira:** Eles emitem... Não, por curiosidade. **Sr. Ricardo:** Isso foi muito discutido e eu acho que está até no nosso regulamento interno, está bem claro. Será emitido, tem responsável técnico e aí eu já me antecipo um pouco a sua pergunta sobre a qualidade da empresa. Eu digo até que nós exigimos pouco, entre aspas, realmente nós exigimos que tivessem 30 obras, mas que ela tenha executado 30 obras semelhantes, porque também nós não podemos colocar empresas que não tenham o mínimo de qualidade técnica, administrativa e operacional e até econômica sim, mas vou mostrar que econômico não é o problema e vou explicar por quê. Para entrar nesse programa que não viabilizaria. Não viabilizaria o que? A quem eu cobrar a responsabilidade. Eu não posso botar alguém lá que vá fazer alguma coisa que eu não possa cobrar depois que foi bem executado, que tinha responsabilidade técnica, etc. Olha, veja que interessante, como é o giro financeiro, a preocupação disso. É veja o trabalho que nós vamos ter, mas que ele será facilitado pela qualidade do software da plataforma digital. Primeiro que começou a obra, ela fotografada antes, depois ela já sobe na plataforma, as pessoas usuárias dessa plataforma começam a acompanhar o que está acontecendo naquela casa desde o primeiro dia. Eu acesso a hora que eu quiser qualquer obra que esteja em execução. **Sra. Renata:** Pela plataforma da empresa, da Vivenda? **Sr. Ricardo:** Isso, da Vivenda. Mas a Vivenda é contratada da COHAB, ela presta serviço para nós. **Sra. Renata:** Mas tem outras empresas também? **Sr. Ricardo:** Não, para este primeiro lote é a Vivenda. Então, voltando aos prestadores de serviço. Veja que interessante. Nós temos o trabalho de que cada unidade habitacional é um contrato. Eu falei numa poligonal de 100 unidades, mas na verdade, eu não assino o contrato de 100 unidades para elas. Eu assino uma adesão, vamos dizer assim. Ela adere aquela área, aí para cada unidade habitacional que é feito o levantamento, que vai iniciar a obra, ela tem um contrato. E as medições são feitas por contrato. Então, cada casa que ela termina, ela já recebe. Ela não precisa fazer isso as 100. Então, esse giro, se não tiver aí a condição de fazer isso, nós não vamos conseguir fazer. Nos longos anos de vida aprendi uma coisa. Pior do que não ter, é pensar que tem. Porque quando você não tem, você procura a solução. Quando você fica pensando que tem. **Sr. Nelson:** Primeiro, eu só queria fazer uma sugestão em questão de metodologia. Esta reunião já vai quase para as seis da tarde? E em todos os temas que foram trazidos, deu para ver que podíamos ficar uma hora, duas horas discutindo, todos eles. Então talvez por causa dessa questão de ficar só fazendo treinamento uma vez por mês, ou uma vez cada dois meses, essa metodologia não dá certo. Porque eu com certeza queria conversar uma hora sobre esse programa não vai dar, porque eu tenho que ir embora, porque eu tenho compromisso. Então, a minha sugestão é, se pudesse pensar alguma dinâmica, tem essa demanda para apresentar a prestação de contas. Faz virtual a apresentação, dá um tempo para os conselheiros ou até mais aberto, não sei. Precisamos pensar uma outra dinâmica para este Conselho que hoje foi chato, vou ser sincero, foi muito chato. Apesar dos assuntos serem interessantes, importantes, relevantes, mas eu acho que tinha que pensar uma outra dinâmica para essas discussões, esses conteúdos que precisava aprofundar. Então essa é uma questão que eu queria colocar aí, talvez a Comissão Executiva possa pensar junto com a Secretaria, como trabalhar essas dinâmicas. Agora, eu queria fazer algumas questões do programa, mas eu acho que talvez, se tiver uma possibilidade de ter um espaço para discutir o programa, eu colocaria várias questões. **Sr. Ricardo:** Mas para corroborar o que o senhor está falando, eu vou reforçar o que eu disse aqui no começo. Eu não vim com a intenção de fazer uma explanação operacional desse programa. O que o senhor falou muito bem, em uma hora, é muita coisa, é muito interessante. Ele tem características próprias, diferentes. Ele traz um alcance, como eu disse, social muito grande. Ele precisa sim ser aprimorado pela

experiência dos outros. Ele permite ser aprimorado, porque ele tem flexibilidade. Então, eu ia concluir sugerindo algo parecido com o que o senhor disse. Dá para voltar aí, por favor, no primeiro slide. Por favor, eu queria que antes de nós termos alguma reunião, e que para mim não tem problema de ser presencial, eu até prefiro, porque a virtual, eu sou... **Sr. Nelson:** É que virtual você permite mais gente participar. **Sr. Ricardo:** Mas o que eu acho importante é que os senhores e senhoras tomem conhecimento do Decreto Municipal Nº 62.873/2023, do regulamento interno do programa e do edital de chamamento público. Não são documentos chatos, são documentos objetivos. A partir daí marquem essa reunião, vai ser um prazer nós estarmos aqui e aprendermos um pouco mais com a experiência de vocês para podermos aprimorar esse programa mais ainda. Mas eu vou dizer uma coisa para os senhores, vou repetir. Esta não é a apresentação do programa. Isso é uma prestação de conta. Modéstia à parte, a apresentação que o Enzo e André fizeram, é muito melhor que isso. Por sinal, o Enzo, que é o nosso superintendente, estava aqui orgulhosamente dizendo que já foi aluno seu um tempo atrás. Então, assim, estamos à disposição e isto não é uma apresentação, isto é uma prestação de conta, juntado a um reconhecimento que gera um agradecimento a todos os senhores. E aproveitando a oportunidade, como pedir não mata, se lembrem de nós quando precisarmos de mais recursos para fazer mais unidades. **Sr. Sidney:** Pelo encaminhamento aqui, sugerido, vamos convidar novamente para que ele faça uma apresentação do ponto de vista dos números do programa e os detalhes. **Sr. Osmar:** Queria só fazer uma sugestão, achei muito interessante o Programa de melhorias, mas eu acho mais interessante saber como participar. Eu ouvia aqui nos corredores da COHAB que um programa ia nascer, um programa de melhorias. Mas nós não participamos da discussão. Acabamos na verdade, sendo surpreendidos com a pauta. E ser apresentado hoje, inclusive, valores, como você acessar. Até chegamos a sugerir, por exemplo, que esse programa ele poderia ir além de simplesmente uma melhoria numa casa, de fazer melhorias nos empreendimentos de COHAB, que já estão bastante deterioradas há muito tempo. Acho que poderia avançar, inclusive, a princípio eu ouvi essa sugestão do João Cury - "Olha, vocês precisavam trazer uma relação de empreendimentos construídos pela COHAB que precisa fazer melhorias." Então eu achava muito interessante dialogarmos, aprofundar. **Sr. Maksuel:** Eu ia falar justamente isso. Porque nós participamos ativamente de várias reuniões lá. **Sr. Ricardo:** Mas, respondendo a sua pergunta, por existir esse programa que você está falando, que o senhor está falando de uma forma diferente, existe até uma confusão. Dentro da COHAB, hoje existem dois programas que nasceram praticamente juntos. Este é o de melhorias habitacionais, que eu apresentei agora, apresentei não, comentei. Existe um outro programa que foi criado, nasceram praticamente juntos, e eu acho que a Pimenta conhece bem, que é o programa de reformas. Este de melhorias atinge o público que não é da COHAB, é qualquer pessoa, qualquer município que esteja precisando disso. Existe um programa novo, Maksuel, que isso foi discutido, e o Osmar disse que discutiu com o Cury, ele nasceu, ele se chama reformas. Como ele é? Qual é a grande diferença entre esses dois programas? O nosso é a Fundo perdido. E o outro é o empréstimo que é feito pela COHAB. E eu não vou falar aqui porque não é da minha diretoria. **Sr. Osmar:** Então esse programa é para melhorias em unidades privadas? **Sr. Ricardo:** Esse nosso é para unidades privadas, é para população. Existe outro que foi criado junto, que é para imóveis da COHAB que precisam de manutenção, que alguém que já quitou e quiser fazer uma reforma, pode tomar um empréstimo. Aí como eu estou dizendo, não sei dizer os números, porque não é da minha diretoria. E ele pode pagar isso, não sei, 15 anos... **Sr. Maksuel:** Deixe-me colocar, acho que é importante o que o Osmar está falando, eu concordo plenamente com o que ele está colocando. Porque o que está sendo feito? Nós aqui, várias e várias vezes, o Nilson tem ciência disso, o senhor tem ciência disso, e o Cury também tem. Várias e várias vezes, temos documento protocolado lá dentro da COHAB, fiz protocolado, sugerindo exatamente isso que o Osmar acabou de falar. Porque se não, parece que é uma ideia, que o universo que está conspirando lá em cima, a ideia vem, pum na cabeça do cara e o cara está fazendo o programa e nunca ninguém falou sobre isso. E pelo contrário, nós temos documento protocolado que fala justamente na criação desses programas. Vamos dar o que é de Chico que é de Chico; e Francisco o que é de Francisco. Se não parece que a ideia foi completamente criada, ninguém nunca propôs, e não é isso o caso. Nós propusemos lá, isso nós temos documentado, como propusemos também modalidade dentro do programa Pode Entrar, isso reconhecido até quando a ex primeira dama do Estado de São Paulo, a esposa do João Dória, esteve em Heliópolis, que o Orlando falou - "Se não fosse por iniciativa do da liderança ABY, essas ideias não tinham sido fomentadas." Então nós demos essa proposta, colocamos até lá a situação, Osmar, que foi a situação dos 3Rs, que é justamente isso que você está falando, que é a regularização da situação da família que está lá, porque tem muito mutuário que não é mais o mutuário originário, aí a recontração e a reforma da unidade. Tanto que o que o companheiro falou, P, P, P, P, P, P. Um monte de P da vida, nós colocamos também, que é a parceria público-privado-popular. Que nós subentendemos que esse programa reforma, nessas unidades antigas de COHAB, tanto que Heliópolis até passou agora no último final de semana, unidades que foram entregues recentemente em 2017, que está com o problema de rachadura, tem que ter uma solução. Tem que ter uma solução, tem que pegar a construtora que construiu lá a época, tem que ver a responsabilidade da construtora e tem que dar uma solução para as famílias que moram lá nas unidades habitacionais. Então eu acho que nesse caso da questão da reforma e desse programa que foi muito bem apresentado pelo senhor, eu tenho muito respeito, e nós temos que ter uma reunião sim com o João Cury, pegar os conselheiros que tem esse interesse, que tem essas propostas, e vermos como que está esse programa. Como foi

falado, nós demos a ideia, está nos corredores nos bastidores. Mas queremos discutir melhor o programa. Se for para criar dentro do Conselho, se for para ter uma resolução ou criar uma portaria, vamos criar para que possamos fundamentar e conseguir trazer uma solução para unidades habitacionais, que é o pós-moradia. Porque as famílias que estão pós-morando, elas continuam procurando as lideranças, que na época ajudavam a chegar nessa questão de direito, e hoje elas se sentem, não estou falando do que estão, elas se sentem abandonadas pela questão do município. Muito obrigado. **Sr. Ricardo:** Só respondendo, fazendo um comentário, eu vou repetir. Eu dei o que antecipei ao Programa de Reformas, mas eu digo que não é da minha diretoria. E há muita coisa que você falou aí, o Nilson vai complementar. Agora eu só quero falar da criação e da ideia. Nós, da nossa diretoria, temos total consciência que nós não tivemos uma brilhante ideia que caiu do universo. Pelo contrário, nós tivemos a humildade e a consciência de, antes de criar este programa, falarmos com mais ou menos uns oito prefeitos e entidades, inclusive a Secretaria Nacional de Educação, com a Caixa Econômica Federal, com o prefeito de Porto Alegre, com o prefeito de Florianópolis, com o prefeito de Recife, com o prefeito de Salvador, e humildemente perguntávamos - O que é que vocês têm para ensinar para nós? Da mesma forma que talvez tenha passado muito an passant a minha frase, eu disse aqui agora que quero uma reunião com todos os senhores e senhoras para aprender com a experiência de vocês. Nós não criamos isso, nós não inventamos a bola. Nós discutimos com as pessoas que estavam executando isso, tentamos aprimorar, tentamos corrigir. Não chegamos à perfeição, mas chegamos a uma evolução, sim. Tanto é que está sendo reconhecido nacionalmente. Temos alguma coisa a mais para fazer? Não, Maksuel. Temos muita coisa para fazer. Vocês podem ajudar? Não! Vocês devem ajudar, ok? **Sr. Nilson:** Só colocando aqui, Maksuel e Osmar, que desde 2017 aqui na COHAB, a gente vem praticando reformas de vários conjuntos que precisam da regularização com a revitalização deles, com programa, inclusive se ele está voltado à regularização fundiária dos imóveis para não ter que atingir a regularização fundiária. Então, todos esses anos, desde 2016 para cá, nós temos investido dinheiro do FMIH, a Fátima sabe disso e outros conselheiros também aqui, visando então dar qualidade de vida e entregando condições melhores. Existe um outro programa da Secretaria de Habitação que pode fazer o pós-entrega do que você está falando, porque a COHAB não tem possibilidade, porque quando o conjunto é regularizado e entregue, o conjunto que virou privado, ele tem que ter vida própria e tocar por ele mesmo. Essa é uma realidade também que você tem que entender. O Secretário pode falar. **Sr. Sidney:** Bom, nós estamos avançando aqui. Já são 18 horas. Nós temos o item 8 aqui, que é um item 8 que fala de quórum. Aprovação de quórum. Quantos conselheiros tem presentes aqui no momento? Por favor, levante a mão. **Sra. Mônica:** 16 com vocês, vocês tem direito a voto. **Sr. Sidney:** Nós estamos aqui com o item 8, que é da pauta, e ele necessita de quórum mínimo para votação. Os suplentes que estão aqui, os titulares que não estão poderão votar. Só por uma questão de ordem aqui para podermos avançar, eu vou sugerir que façamos a votação do item 8 dele agora por uma questão de quórum. Então nesse sentido eu vou ler aqui e deliberar a respeito. Por favor, prestem atenção, o item 8 passa a ser o item 7. Então eu vou ratificar a aprovação do pleno da Comissão Executiva do CMH realizada em 02/04 pela indicação do conselheiro Maksuel José da Costa como suplente representante de entidades comunitárias e organizações populares ligadas à área habitacional para integrar a Comissão Executiva do CMH em substituição à conselheira Maria Zilma Alves dos Santos, pelo seu falecimento. Então, nesses termos, eu submeto a deliberação dos senhores conselheiros, que tem o quórum mínimo aqui presente, para que, se tiverem de acordo com a votação, permaneçam com a mão abaixada. Pela aprovação do conselheiro Maksuel. **Sra. Simone:** Boa tarde a todos, sou conselheira Simone de Castro Melo pela CIPROMP, Central de Inclusão aos Programas de Moradias Populares do Estado de São Paulo. Na gestão anterior, a CIPROMP foi suplente da entidade Maksuel, MSPIL. Então hoje, não só hoje, nós valorizamos e respeitamos o trabalho de cada um. Reconhecemos a história. Então, a CIPROMP tem sua história, seu trabalho. O NSTI tem sua história, seu trabalho. O Maksuel tem história do trabalho pessoal dele. Então, nós ratificamos sim, com alegria e com respeito a ele. Abraçamos isso com muito carinho. Obrigada. **Sr. Sidney:** Então, pela deliberação, se todos os senhores estiverem de acordo, permaneçam com as mãos abaixadas como estão. Então o item 7, por inversão, que foi aprovado por unanimidade. Agradecer aqui o pessoal que fez a apresentação anterior, o Ricardo. Como disse também o Murillo, o programa Pode Entrar ele é referência para o mundo. E nós, a Prefeitura, não tem problema financeiro. Estamos com problemas operacionais e orçamentários, mas nós temos recurso para o programa. Então cabe a cada conselheiro aqui, participante, que a gente possa, na verdade, sugerir melhorias, e é isso que a gente espera de um conselheiro, faça seus votos sempre com consciência, para que tenhamos aqui um programa cada vez melhor. Pessoal, só que tem mais um item da pauta aqui, Maksuel, vamos prestigiar aqui, tem um item de pauta chamado regularização fundiária. Então agora eu chamo aqui a equipe da COHAB, a Cristina Pimenta, auxiliada aqui pelo Nilson, para que traga para nós aqui a apresentação sobre regularização fundiária. Obrigado. **Sra. Cristina:** Boa tarde a todos, sou Cristina Pimenta. Vocês estão acostumados a me ver aqui com pautas financeiras. Ano passado, o Presidente João Cury me chamou e me convidou a estar à frente de planejamento de projetos de licenciamento da diretoria técnica. E a principal missão que o Presidente nos deu, que é algo que já é pedido há muito tempo também, nós temos muitos processos, processos judiciais, pedidos de vocês, da população em geral, pela regularização fundiária dos empreendimentos construídos pela COHAB, em especial aqueles que foram construídos pela antiga FUNAPS, que

foram construídos de forma irregular e as pessoas estão lá morando há 40 anos. E uma coisa que o Presidente nos pediu também, a COHAB hoje, quando chegamos lá com essa camisa, hoje estava na área, por isso que eu estou uniformizada, estava na área do Maksuel, em Heliópolis. Toda vez que a COHAB chega na área, as pessoas ficam com medo, porque a COHAB, ou está indo lá cobrar, ou está indo lá tomar um imóvel delas. Então o João Cury nos pediu que fosse feito um processo diferente, que nós pudéssemos mudar esse perfil que a COHAB tem na comunidade, porque é muito ruim, que é uma habitação popular, ser vista como um temor. Então, com as leis que foram aprovadas em 2022, de regulamentação fundiária, a 17.734, que foi aprovada em janeiro, e a 17.859, que foi aprovada no final do ano, ela nos permite regularizar várias áreas que, antigamente, temos área com escritura regularizada, com a matrícula averbada, só que está em nome da prefeitura. Para a COHAB passar para a pessoa, a COHAB tem que esperar a prefeitura passar para o COHAB e a COHAB passar para o mutuário. Isso, além do custo, tem um custo financeiro aí cartório, que não é barato, demora muito, porque o processo burocrático é intenso. Então, nós, diante dessas demandas, tanto da população, quanto do nosso próprio presidente, nós criamos um projeto, que vim apresentar aqui para vocês em primeira mão. O projeto Propriedade Garantida, porque hoje as pessoas têm a posse do imóvel, elas não têm a propriedade. Tanto que muitas pessoas que moram, muitos mutuários falecidos, é com tristeza que recebemos a cópia de certidão de óbito falando que a pessoa não deixou bem. No entanto, ela tem uma casa, ela tem apartamento que ela ajudou a construir ou que ela pagou. E pela falta do documento no nome dela, ela não tem propriedade, só posse. Essa é uma definição, o projeto de Propriedade Garantida, ele é a novo projeto de regularização fundiária que aceleramos o processo que já existe. Ele era muito moroso, era muito burocrático, em parceria com a SEHAB, com a chegada do novo Coordenador de Regularização Fundiária, o Eric Vieira, que estava aqui conosco mais cedo. Nós estreitamos os laços com a Secretaria para poder agilizar os processos. O que fazemos hoje? Além do processo de regularização fundiária simplificado pelas Leis 17.734 e 17.859, vamos até os empreendimentos, vamos até as famílias para buscar a documentação, preparamos a documentação para publicar no Diário Oficial. E após 15 dias, essa planilha vai para o cartório, para que a estrutura saia do nome da prefeitura ou do nome da COHAB, direto para o proprietário de fato. Ele passa a ser o proprietário de direito. E uma casa com documento, uma casa com escritura, sabemos, vale muito mais você ter a segurança jurídica, você ter um valor maior, se você quiser mudar de vida, se você quiser mudar de bairro, além da questão de você poder, inclusive, se você tem um documento da sua casa, você pode, até se você está endividado, com dívidas muito altas, hoje tem programas de financiamento que, quando você dá o imóvel de garantia, a taxa é muito menor, é quase menor que uma taxa de consignado. Isso ajuda a família de diversas formas. Esse é um estudo que fizemos no FUNAPS. Nós verificamos que tem 73 empreendimentos do FUNAPS com a escritura em nome da prefeitura ou em nome de particular. Porque o FUNAPS, ele não construiu só imóvel público, ele construiu imóveis privados também, em áreas privadas. Totalizando 13.070 famílias a serem atendidas. Desse 73 empreendimentos, tem 19 que estão regularizados e 54 em processo de regularização na SEHAB. Todos foram construídos e entregues há muito tempo, e as famílias não podem receber a escritura. Temos ação de Ministério Público, temos ação judicial, temos ofício de vereador, de deputado, só o Presidente da República que ainda não nos mandou ofício, solicitando que mandemos a escritura para pessoa, e até então não tínhamos como fazer isso. Com a legislação, nós estamos fazendo esse trabalho com as famílias, e nós dividimos isso em duas etapas, pode passar por gentileza. Nessa primeira fase, é o que a gente entrega até o final desse ano, são 10.569 títulos. Que são essas casas, esses empreendimentos. Tem casas e tem apartamentos também, que já estão regularizados, mas a matrícula não está no nome da COHAB, então a COHAB não consegue passar para as famílias. E tem famílias que quitou em 2010, 2009, 2008, e até hoje ela tem um termo de quitação provisória da COHAB. Não é nem um termo de quitação definitivo. Porque como o imóvel não é nosso, não pode possuir aquilo que não é da nossa propriedade. Então nessa primeira fase identificamos 2.429 imóveis, que já estão regularizados e averbados em nome da Prefeitura ou da própria COHAB. E nós fizemos uma parceria com a Fundação Capixaba de Tecnologias Sociais, eles são referência em regularização fundiária no país, eles estão atuando em 12 estados. Nós fizemos uma parceria com eles para capacitar a nossa equipe, porque a legislação é nova, ela trouxe muitas melhorias, mas nós tínhamos um corpo técnico antigo trabalhando. Então você precisa atualizar a equipe para poder dar celeridade aos processos. Nós fizemos essa parceria, e pegamos os piores empreendimentos que temos para regularizar. São os mais complicados. O Vila Roseira, lá em Guaiánazes; Utoro Kanai, que é uma ocupação, que é lá no Jardim de São Paulo; o Vila Hortência, que é ali do lado do Incício Monteiro; o Parque das Flores em São Mateus, que é gigantesco, lá tem mais de quatro mil famílias; o Morro Grande, que é no Jardim de Paulistano, e o conjunto habitacional Munk. O Munk, vocês devem acompanhar já há muito tempo. Todo ano estamos aqui pedindo recursos para regularizar o Munk, todo ano não conseguimos regularizar o Munk. Por quê? Nós estávamos travados na legislação, o Munk está em nome da prefeitura. Aí o prédio era depredado, os equipamentos de segurança eram roubados. E sem equipamento de segurança não pode regularizar. Então estávamos sempre enxugando o gelo. O Munk se Deus quiser até o final de maio, cada um vai estar com a sua escritura. E finalmente vai estar regularizado, as pessoas vão ter a propriedade dele. Lá são 260 unidades em 13 blocos. Temos uma previsão de entrega em julho, mas já estou adiantando que o Munk até final de maio estamos entregando. E a segunda parte entregamos ao longo

de 2025, que são os 212 empreendimentos que já estão protocolados na COHAB para atender 16.285 famílias. Mas esses 16.285 famílias é um valor estimado. Porque estamos considerando que para cada lote uma família, e muitas vezes quando vamos lá no mesmo lote tem duas famílias. Nesses casos, a lei prevê, inclusive, que possamos fazer e titular as duas famílias. Cada uma vai ter a sua estrutura, cada uma vai ter o seu documento, que é o caso que nós vimos também, lá no Lagoa, lá era um empreendimento, era um mutirão de 27 casinhas, empreendimento piloto, dentro de Heliópolis, que era casa, mais segundo pavimento. Hoje, se formos lá, tem 3, 4 pavimentos, quatro famílias morando. Então, fazemos uma primeira etapa daquilo que já está na matrícula, e depois faz uma segunda etapa para regularizar o que está acima, o que não estava no escopo inicial. Então, nós vimos trazer isso para vocês para mostrar o que estamos fazendo. Eu vejo que em algum momento foi discutindo aqui a criação de um GT para acompanhar a regularização fundiária, porque algo é crítico que não se tinha solução. Então nós viemos trazer para conhecimento de vocês, e a medida que nós fomos avançando, vamos trazendo para conhecimento. Nós temos tido esses casos judicializados que estão sendo regularizados pelo Instituto FUCAP. Nós já realizamos audiências públicas em quase todos, só o Parque das Flores, que estamos tentando uma agenda para dia 4 de maio agora, fazer uma audiência pública com eles. Isso tudo é acompanhado, tem um site, estamos criando um site, as minhas famílias vão poder acompanhar a todo o tempo, a cada passo da regularização, até o passo final. A lei de legislação fundiária, ela fala que é para entregarmos o título de legitimação para a pessoa. E a pessoa vai lá no cartório e tira a escritura. Só que o nosso Presidente João Cury, a pedido do prefeito, em parceria com a Secretaria, ele já falou - "Não, não vamos entregar o título para família ir para o cartório pegar a escritura, vamos entregar a escritura na mão da família, isso sem custo para elas." E assim, fica também o pedido para vocês, se eventualmente forem consultados a respeito. Enquanto estamos trabalhando, desde que comecemos a trabalhar nessas áreas, desde fevereiro, tem muita gente muito esperta aparecendo. Chega na sua vida e diz assim, olha, me dá aí 100 reais, me dá um dinheiro aí, que eu vou passar o seu lote na frente. Eu vou regularizar o seu primeiro, eu vou lá pegar a sua estrutura para vocês. Então se eventualmente vocês forem consultados sobre esse trabalho que a COHAB está fazendo, é por lei federal e lei municipal. É gratuito. Nem o cartório pode comprar. Então, para que eles não caiam nessas armadilhas de pessoas de má índole, que tem sempre que ver a COHAB movimentando, cada área que passamos, no dia seguinte tinha alguém passando lá também, tentando alguma informação, tentando ver de que forma ela poderia ganhar dinheiro em cima da dificuldade das pessoas. Então pedimos aí o apoio de vocês enquanto Conselheiros, se forem consultados, para falar que esse movimento que a COHAB está fazendo é só a COHAB, que ela não autoriza nenhum terceiro lá representar, pedir nada pela COHAB, são funcionários da COHAB, sempre estamos o uniformizados, quando não é a gente, é a equipe da FUCAP, com o uniforme da FUCAP do instituto, para que não tenha ninguém aí se aproveitando do sofrimento das pessoas, da dificuldade das pessoas. **Sr. Nilson:** Só um fato que aconteceu hoje aqui. Nós temos um empreendimento lá do Forte, que tem vários empreendimentos lá ligados ali, chegaram 20 pessoas hoje da central de habitação aqui, na área da COHAB, e vindo assinar o contrato. Mas que contrato? Não tem ninguém vendendo imóvel lá ainda. Então, outros empreendimentos que vão chegar nessa fase de entrega aqui, tem pessoas aplicando golpe, divulguem, não acreditem em milagre. Se você pagou para alguém para conseguir um benefício aqui, você foi enganado ou não foi. Eu sempre falo dessa maneira bem ríspida, a pessoa está achando que vai passar na frente, não vai passar, porque aqui nós temos uma seriedade muito grande, e vocês são parceiros nisso para divulgar isso, duvidem de tudo, não tem milagre. **Sr.ª ...** Posso só complementar uma coisa? Eu sou da regularização fundiária da SEHAB, é que você tinha falado identificado ou com FUCAP ou com a COHAB. Tem áreas que se eram propriedade da COHAB, principalmente Heliópolis, que a SEHAB também está trabalhando em outros contratos. Então, eventualmente, apareçam pessoas, acho que principal lá em Heliópolis, que estamos trabalhando, com colete também bege da regularização fundiária, tem a empresa Diagonal, que está trabalhando lá conosco. **Sra. Fátima:** Como experiência, eu sei que apareceu até uma pessoa lá na região que moramos com crachá, copiou um crachá da COHAB descaradamente, e falava que estava trabalhando para a COHAB. E nós sabíamos que aquela pessoa não estava trabalhando para a COHAB. Então, são coisas que nós como conselheiros temos que ficar muito esperto e orientar. Como teve pessoas também, que lá é uma área de COHAB, onde eu moro, que um picareta pegou quatrocentos e poucos reais de uma senhora para ir lá tirar a escritura. Então isso está acontecendo todo dia. Mesmo você com camiseta ou sem camiseta, aparece um picareta lá que vai querer pegar dinheiro das famílias. **Sr. Nilson:** Mas eu acho que é importante essa orientação. **Sra. Fátima:** Então, essa orientação que você está dando, vocês estão trabalhando agora no Heliópolis. Mas eu acho que é importante sabermos, enquanto conselheiro, onde que vocês estão para também orientarmos. Porque, como conselheira, temos pessoas conhecidas de toda São Paulo. Nós estamos aqui, tem gente que viver em outra coisa da Zona Sul. Tem gente que me pergunta coisa da Zona Leste. **Sr. Nilson:** O golpista está pela cidade inteira. **Sra. Fátima:** É uma coisa muito séria, tem que ter bastante cuidado mesmo. **Sra. Cristina:** Aqui é só um detalhamento dos empreendimentos contemplados nessa primeira fase. Se os empreendimentos já estão regularizados e averbados, é só fazer a titulação. É o que explicamos, ora é a COHAB que está lá, ora é a SEHAB, mas sempre dentro do mesmo projeto. Esses são da segunda fase, vocês receberam esse material também, para vocês poderem acompanhar. Pode eventualmente fazer um

cronograma e deixar à disposição do Conselho para vocês saberem como vamos estar em cada dia, cada mês, cada semana. Aí assim, isso é tudo que tem para regularizar? Não, gente, isso não é. Isso é o que está mais fácil, que já está na fase final de regularização, que a gente consegue fazer ao longo desses dois anos. Os próximos, tem áreas que nem comecemos a trabalhar ainda, tem áreas que dependem de obra de infraestrutura. Tem áreas que estão muito complexas, dependem de ações de outras Secretarias antes da SEHAB e COHAB poderem entrar com a regularização. Então, estamos priorizando as áreas que estão mais avançadas para podermos também chegar à conclusão. Se comecarmos um monte de coisa e não terminarmos nada, também não adianta. Vamos ficar enxugando gelo, e nada se conclui. Então optamos por pegar aquilo que já está bem adiantado, que não tem mais interferência de obras, que é só elemento técnico mesmo, só a titulação, para priorizar para os próximos dois anos. E aí, acabando com essa, já vamos pegando as outras também para poder trazer esse projeto de regularização mais acelerado para as famílias finalmente terem esse futuro. Só isso que tínhamos para apresentar. Obrigada a vocês. **Sr. Sidney:** Pessoal, então vamos retomar aqui os trabalhos, nós subimos toda a pauta no vídeo de hoje. Agora entramos no último item, é outros assuntos. Nós vamos falar um pouquinho sobre, mas bem brevemente, no edital das entidades, está bom? De uma forma sucinta, mais para saber que estamos cuidando do assunto. Então, nós estamos aqui retomando a palavra, passar para a Kátia, que vai falar um pouquinho, Kátia, para nós sobre o novo edital. Só de forma sucinta, já avançamos a hora aqui, mas para eles saberem que estamos cuidando do assunto. Obrigado. Pimenta, obrigado aqui pela apresentação. **Sra. Kátia:** Nós tiramos uma adequação do edital, que o nosso jurídico solicitou algumas questões de áreas públicas, privadas, tivemos que tratar disso, porque o nosso jurídico acabou fazendo alguns apontamentos novos, que não existiam, inclusive da questão dos prazos, porque ele disse que todo edital precisa de prazo, porque inicialmente a ideia era manter esse local aberto por um ano. A ideia se mantém, mas nós temos os prazos de habilitação, que antes da entidade apresentar uma proposta, ela tem que estar habilitada. Então nós vamos fazer um momento de adesão no edital e habilitação dessas entidades, e na sequência ou concomitantemente a apresentação das propostas por meio dessas entidades também. Mas assim, eu até queria passar um prazo de publicação para vocês, mas como estamos aguardando um novo parecer do jurídico, uma nova manifestação do nosso jurídico, então tem que aguardar eles se manifestarem para publicarmos esse edital. A intenção é publicar ainda esse mês. O Secretário Sidney está me cobrando direto, está em cima de mim aí com relação a isso, e eu estou vendo o que conseguimos fazer para acelerar o mais rápido possível e tentar publicar ainda esse mês. Se não conseguirmos, logo no início de maio ele será publicado. **Sr. Sidney:** É isso então, pessoal. Você quer a palavra? **Sra. Simone:** Boa noite a todos. O edital é o edital para as entidades. Então, eu entendo que é importante que as entidades contribuam com a formação desse edital. Seria muito interessante nós podermos verificar, reconhecer o conteúdo para que as entidades possam trabalhar da melhor forma. E na reunião da Executiva, na reunião anterior, foi dada a palavra para o ex-conselheiro Dito. E eu gostaria, nesse momento, de dar a palavra também para o ex-conselheiro aqui, que é o Sr. Manoel Martinho Pereira Lima, para que ele faça uma contribuição a respeito dessa espera que nós entidades temos por esse edital, que já tem bastante tempo. Por favor. Vocês permitem? Por favor, Sr. Manoel. **Sr. Manoel:** Boa noite a todos. Eu gostaria de aproveitar a oportunidade, e a Kátia está com essa missão de falar sobre o edital, de representar aqui o edital para nós, que é o edital para a cidade de São Paulo. Eu fui conselheiro na gestão 2007-2009, em que o Conselho também foi muito solicitado para poder aprovar o Plano Municipal de Habitação que a cidade não tinha. Então nós atuamos, eu atuei e dei a minha contribuição, e agora estamos num momento muito oportuno que é o edital que pela primeira vez no Conselho de Habitação vai fazer parte da gestão financeira de verdade direcionada às entidades. Então eu queria pedir para que todos os nossos conselheiros, principalmente nos grupos sociais, claro, que aproveitássemos essa oportunidade, e até agradecer de não ter sido publicado ainda. Porque a Kátia, tenho certeza que ela tem essa preocupação, que esse edital vai atender as expectativas das entidades mesmo. E se esse edital vier de uma forma que não contemple bem as entidades? O que eu quero dizer em contemplar bem as entidades? Que as entidades realmente possam garantir a participação no programa, principalmente na questão privada, porque na questão das áreas públicas com certeza não vai ter área suficiente para atender a demanda de São Paulo. E o nosso Secretário já adiantou que vai aumentar a cota das entidades para 40 mil unidades para as entidades. Então, na outra reunião Executiva, que eu também tive presente, a Verinha até ficou super feliz. Mas como será esse processo? Como será que a gestão dessas áreas pela COHAB que vai ser editado no programa Pode Entrar Entidades? Qual é a garantia que as entidades tem que ela vai acesso? Como vai ser esse acesso? Para podermos também garantir que as famílias possam participar. Então a preocupação nossa é que o programa Pode Entrar, é um programa de política habitacional da cidade de São Paulo, em uma nova conjuntura que nós estamos vivendo. E não podemos deixar passar as oportunidades. Então, se o edital atrasar mais 30 dias, mas desde que ele seja bastante produtivo para nós, que possamos realmente participar com segurança do edital, maravilhoso. Nós não sabemos o que vai vir digital. A Kátia que está trabalhando no edital não colocou para nós como vai ser esse processo, como vai ser a parte de aquisição, como vai ser a parte de contemplação das famílias. Os prazos, ela já falou que vai ter um prazo. Mas precisamos entender, e eu acho que o Conselho, já que o Conselho é soberano, construtivo e deliberativo, poderíamos ter participação na construção dessa peça do editado. É isso que eu peço que o

Secretário puder se sensibilizar, nem percamos 30 dias, mas é melhor perder 30 dias do que ficar correndo atrás do leite derramado. Eu acho que seria importante. É isso, agradeço a oportunidade. **Sr. Sidney:** A palavra foi concedida ao ex-conselheiro por uma questão até de isonomia. Na reunião passada nós fizemos a mesma coisa. Com relação a edital, edital é um ato da Secretaria, é um ato do Executivo. Não tem porventura passar a edital pelo Conselho, não tem previsão nenhuma com relação a isso. Até que a Secretaria faz licitação dela e quem audita a Secretaria é o Tribunal de Contas. Então assim, eu vejo que o pleito do conselho, ele é preocupante, porque ele não encontra condão de passar por este Conselho. Nós vamos fazer o seguinte, o nosso espelho de edital será baseado no que foi nos outros 20 mil. E nós queremos, como parte da Secretaria, dar velocidade. Mas o que é mais importante na mensagem de hoje, é que assumimos o compromisso de fazer mais 20 mil para as entidades. Agora, isso aí, remotamente, nós não vamos trazer esse assunto ao Conselho. Isso é um ato da Secretaria Municipal de Habitação, e nós vamos exercer esse direito da Secretaria. Obrigado. Tem a palavra, **Kátia. Sra. Kátia:** Em complemento ao pedido do Martinho, queremos deixar claro o seguinte, o programa tem três normativas, no caso, o programa não, a modalidade de entidade possui três normativas, a portaria, a instrução normativa e a portaria que trata, eu vou lembrar aqui exatamente. O edital não pode fugir disso. A documentação solicitada das entidades no edital de 2015-2016 que aderiram à migração para o Pode Entrar Entidades no caso que foram contempladas no chamamento de 2015, que era vinculada ao programa Minha Casa Minha Vida, ela é obrigada a se manter. Então a exigência de documentação é a mesma para habilitação dessas entidades e nós não podemos modificar o que já foi proposto na portaria de SEHAB, que é uma portaria do Secretário de Habitação e nós temos que manter. Então assim, não existe a possibilidade do edital fugir ao regimento do edital anterior. Nós temos que deixar o escopo do edital semelhante. Qual é a diferença desse edital? Que ele aceita que as entidades apresentem propostas em áreas privadas. Então o conteúdo do edital não pode ser diferente do que já existe. Já está previsto na regulamentação. O que aconteceu com esse digital, que essa discussão inclusive demorou por conta disso, foi um formato adequado para a aceitação de áreas particulares, para que conseguíssemos contemplar o maior número de entidades possíveis nesse processo, prevendo que chegue até 20 mil unidades nesse edital, mas mudar, nós não podemos. Então assim, a característica do edital se mantém, o que nós estamos fazendo inclusive, como existe uma certa dificuldade de aprovação de projetos e tudo mais, a entidade se adere ao programa, se habilitando no programa Pode Entrar, apresentando propostas em áreas públicas, que algumas delas tem anuência da SPU, da superintendência de patrimônio da União, tem terrenos vinculados à CDHU, governo do estado, tem terrenos vinculados a município. Então assim, todas essas entidades poderão apresentar propostas. Não tem problema nenhum. E como existe essa demora na aprovação em SMUL, o que nós estamos fazendo? Nós estamos prorrogando o prazo para que as entidades tenha um tempo hábil para aprovar esses projetos. E que nós sabemos da dificuldade de aprovação de projetos na Secretaria de Licenciamento. Então, é justamente pensando nessas entidades que nós estamos deixando esse edital um período maior aberto. Só endossando o que o Secretário, o edital não pode passar pelo Conselho, porque ele é um ato público. O que poderíamos levar é uma consulta pública, mas como é uma parceria via marco regulatório, não podemos entregar para vocês, é a mesma coisa que eu levar o bolo para festa. Eu estou indo para festa e vou levar o bolo. Nós não podemos apresentar o edital, mas o que vocês precisarem tirar dúvidas, estamos aqui à disposição. **Sr. Sidney:** Lembrando a todos que é uma concorrência, o edital é uma concorrência, então não pode dar a publicidade antecipada. Por isso que eu glosei, mandei tirar da pauta porque não é legal, está fora da legalidade. **Sra. Nair:** Secretário, hoje a pauta, embora muito extensa, muitos itens, e a cada um que pega a palavra, acaba fazendo uso de muito tempo, mas foi muito produtivo, acho que toda a pauta se tirou um resultado positivo para avanço. Temos que pensar nas políticas públicas da cidade de São Paulo, então não dá para negar nada do que foi dito. Quanto ao edital, 2015 passou pelo Conselho, o objeto edital passou pelo Conselho, 2016 também, e 2012 a 13 também passou pela aprovação do Conselho. Não todo o edital, mas o objeto em si, isso foi dito para todo mundo que tinha conhecimento. Então eu acho que nesse sentido é que eu, como conselheira titular, eu poderia rever nesse sentido, qual é o objeto do edital? Porque só para eu entender, eu estou totalmente... **Sr. Sidney:** É o mesmo anterior, dos 20 mil anteriores, é o mesmo. Ele é mais inclusivo no sentido de abranger mais áreas, receber mais ofertas para as entidades. **Sra. Nair:** Então, acho que é isso. Nesse sentido, deixa-nos no escuro. E aí é ruim. Porque somos nós que trabalhamos na ponta com as famílias. A gente vem falando de edital há um ano. E aí não temos nem sequer o mínimo para fazer esse, olha, o edital ter essa modalidade. Porque não é nós apresentando o terreno, nós temos uma demanda que representa o perfil que aquele edital também vai contemplar. É o meu desabafo nesse sentido do objeto. **Sra. Kátia:** Na realidade, a demanda também não pode ser modificada. A demanda é a mesma. A demanda tem os mesmos critérios. O critério é o mesmo. Não podemos atender famílias, até porque está previsto nesse decreto que eu falei aqui desde o início, no 61282, está previsto que as famílias atendidas só podem ter até três salários mínimos. O percentual de renda se mantém, porque isso já está proposto, é vinculado à lei. O que fizemos, que isso aqui inclusive em um determinado momento foi tratado pelo ex-Secretário João Farias, foi que nós abríamos, teríamos um edital para aceitar áreas particulares. O que eu propus para o Secretário... **Sra. Nair:** A desapropriação? **Sra. Kátia:** Não, não a desapropriação, aquisição mesmo do terreno, o que eu propus para o Secretário Milton, para o Secretário Sidney e para AJ de

SEHAB, devido ao prazo que foi proposto pelo nosso jurídico de manter o edital aberto, e nós sabemos que existem entidades que podem demorar para aprovar os seus projetos em SMUL, porque hoje ele não pode assinar uma opção de compra do proprietário, por exemplo, ele pode demorar para apresentar, o que eu propus foi que o edital se mantivesse aberto por um período de tempo diferente do que acontece, como se fosse o edital da Caixa Econômica Federal. Pensa no Minha Casa Minha Vida Entidades, pensa na proposta apresentada à Caixa, pensa na APF gerada pela Caixa, quem já trabalhou com a Caixa sabe o que é APF, pensa na Caixa analisando esse processo como um todo, porque tem uma análise de engenharia, tem uma análise que tem que ser realizada desse projeto, desse processo, para saber a viabilidade dele, e pensa nesse resultado sendo publicado no diário oficial dizendo assim, olha, essa proposta foi aceita porque ela realmente é adequada e contém... Então, o que nós fizemos para atender as entidades foi manter os mesmos critérios do Minha Casa Minha Vida Entidades para que pudesse se apresentar um projeto numa área particular. Porque como é que hoje uma entidade pode apresentar um projeto numa área particular? Temos essa dificuldade também. Eu vou apresentar com base em quê? O proprietário vai assinar uma opção de compra comigo? Eu estou habilitado no Pode Entrar? Então nós criamos a habilitação, a adesão/habilitação, para que a entidade pudesse falar assim, estou habilitado no Pode Entrar, agora eu posso apresentar uma proposta no terreno privado. Entendeu? Então assim, foi só isso que nós acrescentamos no edital anterior. Documentação, tudo se mantém. Extensão de prazo e a possibilidade de apresentar áreas particulares. **Nada mais havendo a tratar Senhor Sidney Nery encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.**

COORDENADORIA DE TRABALHO SOCIAL - CTS

Documento: [104946733](#) | **Despacho Autorizatório**

São Paulo, 12 de Junho de 2024.

Assunto: Pagamento de indenização de construções havidas em assentamentos urbanos de interesse social

Área: Alfredo Ávila

Interessado: Vanda Marília de Jesus

Processo: 6014.2024/0002462-6

Considerando as informações constantes nos autos, em especial, o parecer técnico juntado no doc. 104199574 e a manifestação de SEHAB/PROJ em documento [097016626](#), os quais adoto como razão de decidir e que passam a integrar a presente decisão, **DETERMINO:**

1. Pagamento de indenização pela construção, a/ao município Vanda Marília de Jesus, CPF 146.***.***-__ com fundamento na **Lei Municipal nº 17.777**, de 19 de abril de 2022, o **Decreto Municipal nº 61.492**, de 28 de junho de 2022, a **Instrução Normativa nº 05**, de 08 de Agosto de 2022 e a **Lei Municipal nº 17.859**, de 17 de dezembro de 2022, no valor de **R\$ 31.013,00** (TRINTA UM MIL E TREZE REAIS), conforme apontado em laudo de avaliação constante no processo SEI nº [6014.2022.0003993-0](#), onerando a dotação orçamentária 14.10.16.482.3002.2635.33909300.00.
2. A seguir, encaminhe-se para a Coordenadoria de Trabalho Social (CTS) para adoção das providências pertinentes e, após, para o Departamento de Administração e Finanças/Divisão Financeira (DAF/DIF) para o devido pagamento.

Documento: [104948406](#) | **Despacho Autorizatório**

São Paulo, 12 de Junho de 2024.

Assunto: Pagamento de indenização de construções havidas em assentamentos urbanos de interesse social

Área: Alfredo Ávila

Interessado: Thiago Basilio da Silva

Processo: 6014.2023/0005186-9

Considerando as informações constantes nos autos, em especial, o parecer técnico juntado no doc. 103536846 e a manifestação de SEHAB/PROJ em documento [103258999](#), os quais adoto como razão de decidir e que passam a integrar a presente decisão, **DETERMINO:**

1. Pagamento de indenização pela construção, a/ao município Thiago Basilio da Silva, CPF 331.***.***-__ com fundamento na **Lei Municipal nº 17.777**, de 19 de abril de 2022, o **Decreto Municipal nº 61.492**, de 28 de junho de 2022, a **Instrução Normativa nº 05**, de 08 de Agosto de 2022 e a **Lei Municipal nº 17.859**, de 17 de dezembro de 2022, no valor de **R\$ 43.700,00** (QUARENTA TRÊS MIL E SETECENTOS REAIS), conforme apontado em laudo de avaliação constante no processo SEI nº [6014.2022.0003993-0](#), onerando a dotação orçamentária 14.10.16.482.3002.2635.33909300.00.
2. A seguir, encaminhe-se para a Coordenadoria de Trabalho Social (CTS) para adoção das providências pertinentes e, após, para o

Departamento de Administração e Finanças/Divisão Financeira (DAF/DIF) para o devido pagamento.

DIVISÃO REGIONAL DE TRABALHO SOCIAL - CENTRO

Documento: [105474244](#) | **Despacho deferido**

6014.2024/0002835-4 - Atos Normativos: Procedimento Interno

Despacho deferido

Interessados: Willian de Oliveira Marques Saudades

DESPACHO: Considerando as informações constantes no documento que acolho como razão de decidir e passa a integrar a presente decisão, DETERMINO a TROCA DE TITULARIDADE do município **Vanderlei Saudades - CPF 070***.***-__ para o município William de Oliveira Marques Saudades - CPF-574***.***-__**, referente ao benefício do Auxílio Aluguel com fundamento no artigo 2º, inciso III da Portaria SEHAB nº 131/2015, da área denominada Moinho

Secretaria Municipal da Educação

DIVISÃO DE GESTÃO E CONTRATOS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Documento: [105470373](#) | **Despacho Autorizatório**

COORDENADORIA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Processo SEI nº 6016.2024/0080578-5 - Termo de Contrato nº 33/SME/CODAE/2024

Contratada: BÁSICA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.152.761/0001-33.

Objeto: Prestação de serviço de nutrição e alimentação escolar, visando o preparo e distribuição de alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas, que atendam aos padrões nutricionais e dispositivos legais vigentes, aos alunos regularmente matriculados e demais beneficiários de programas/projetos da Secretaria Municipal de Educação, em unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino, mediante o fornecimento de todos os gêneros alimentícios e demais insumos necessários, dos serviços de logística, supervisão e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos utilizados, fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva, treinada para a preparação e distribuição das refeições, controle dos alimentos, reparos, manutenções, limpeza e higienização de cozinhas, despensas e lactários das unidades educacionais, com estimativa de fornecimento máximo de 2.501.440 de refeições/mês, a serem fornecidas nas unidades escolares vinculadas à Diretoria Regional de Educação **Butantã** (Lote 01), relacionadas no **Anexo XIX**.

DESPACHO

À vista dos elementos contidos no presente, o Despacho de Homologação, do Pregão Eletrônico nº 31/SME/2023, documento SEI [105056698](#), no uso da competência delegada pela Portaria SME nº 5.318, de 24/08/2020 e disposições contidas na Portaria SME nº 1.641 de 17 de fevereiro de 2023, mediante comprovação de regularidade fiscal e à verificação dos documentos elencados na Instrução nº 02/2019 do Tribunal de Contas do Município de São Paulo;

I- AUTORIZO,

a) PARA O EXERCÍCIO DE 2024, o processamento da nota de empenho do orçamento do presente exercício, que dará suporte orçamentário-financeiro a contratação, para o período de 22/07/2024 a 31/12/2024, no valor total de R\$ 50.915.671,44 (cinquenta milhões, novecentos e quinze mil, seiscentos e setenta e um reais e quarenta e quatro centavos);

b) PARA O EXERCÍCIO DE 2025, o processamento da nota de empenho que dará suporte orçamentário-financeiro a contratação, para o período de 01/01/2025 a 21/07/2025, no valor total de R\$ 54.427.097,06 (cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e vinte e sete mil noventa e sete reais e seis centavos), onerando dotação específica do exercício vindouro.

O valor total médio da contratação é de R\$ 105.342.768,50 (cento e cinco milhões, trezentos e quarenta e dois mil, setecentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos) e o valor total máximo de R\$ 123.864.706,20 (cento e vinte e três milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, setecentos e seis reais e vinte centavos).

II - PROVIDÊNCIAS POSTERIORES.

- 1- Publique-se.
- 2 - À SME/CODAE/DIFIR, para as medidas que visam o processamento dos documentos financeiros;
- 3 - Em seguida à SME/CODAE/DICAE, para medidas de prosseguimento de competência desta Divisão;
- 4 - Demais medidas de prosseguimento aplicáveis.